

Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP
Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional

DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS
DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS

Simoni Júlia da Silveira

Divinópolis, MG
2015

Simoni Júlia da Silveira

**DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS
MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Área de concentração: Inovação, Desenvolvimento Regional e Inclusão Social.

Linha de pesquisa: Desigualdades Regionais e Inclusão Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Débora Nogueira Campos Lobato

Coorientadora: Prof^ª. M.^a Cecília Ferreira de Aquino

Divinópolis – MG.

2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert – FUNEDI-INESP

S587d Silveira, Simoni Júlia da
Diagnóstico de acessibilidade nas bibliotecas públicas dos municípios da mesorregião Oeste de Minas Gerais. [manuscrito] / Simoni Júlia da Silveira. – 2015.
104f.: il., enc.

Orientadora: Débora Nogueira Campos Lobato
Coorientação: Cecília Ferreira de Aquino

Dissertação (mestrado) - Instituto de Ensino Superior e Pesquisa. Fundação Educacional de Divinópolis, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional.

Bibliografia: f. 79-81

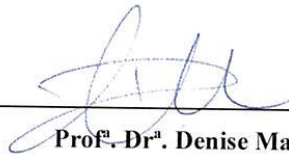
1. Bibliotecas públicas. 2. Acessibilidade. 3. Pessoa com deficiência. 4. Inclusão social. I. Lobato, Débora Nogueira Campos. II. Aquino, Cecília Ferreira de. III. Instituto de Ensino Superior e Pesquisa. IV. Título.

CDD 027.4

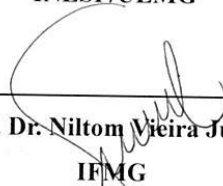
Dissertação intitulada “*Diagnóstico de acessibilidade nas bibliotecas públicas dos municípios da mesorregião Oeste de Minas Gerais*”, de autoria da mestranda Simoni Júlia da Silveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:



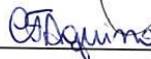
Prof.^a. Dr.^a. Débora Nogueira Campos Lobato (orientadora)
INESP/UEMG



Prof.^a. Dr.^a. Denise Maria Roverda Silva Rabelo
INESP/UEMG



Prof. Dr. Nilton Vieira Júnior
IFMG



Prof.^a Me. Cecília Ferreira de Aquino
INESP/UEMG

Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional
Fundação Educacional de Divinópolis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Divinópolis, 13 de março de 2015

**AUTORIZAÇÃO PARA A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA
DISSERTAÇÃO**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação intitulada **“DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS”**, autoria de **“Simoni Júlia da Silveira”**, por processos de fotocopiadoras e eletrônicos. Igualmente, autorizo sua exposição integral nas bibliotecas e no banco virtual de dissertações da FUNEDI/UEMG e da CAPES.



Simoni Júlia da Silveira

Divinópolis, 13 de março de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, em especial :

À Professora M.^a Cecília Ferreira de Aquino, primeiramente por acreditar em mim na realização deste trabalho e pela dedicação ao expor seus valiosos conhecimentos na construção deste trabalho.

Aos professores da pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela dedicação e ensinamentos dispensados nessa jornada.

Às bibliotecárias e gestoras das bibliotecas públicas das cidades pelo compromisso no exercício de sua função, carinho e atenção dispensados aos seus usuários e mesmo apesar de todas as adversidades mantêm as bibliotecas em funcionamento. À bibliotecária Eliana da Conceição Silva Garcia, exemplo de profissional competente e dedicada, ciente de seu protagonismo no processo de inclusão social das bibliotecas públicas de Campo Belo.

A todos os colegas bibliotecários e gestores das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste Minas Gerais que se prontificaram a participar e tornaram esse projeto possível.

Aos colegas da pós-graduação em Desenvolvimento Regional pelo convívio e aprendizado.

Aos funcionários do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da FUNEDI que participaram de forma decisiva e colaborativa nessa caminhada.

As minhas primas Silvana, Maira e Yara pelo apoio e colaboração nesses dois anos de labuta.

A minha família pelo carinho, paciência e incentivo e, principalmente por minha mãe Maria, pelas orações nos momentos decisivos.

A Deus, pela saúde e disposição na realização deste trabalho e por estar presente em todos os momentos de minha vida.

“ O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

Paulo Freire

RESUMO

A biblioteca pública, porta de acesso ao conhecimento, tem como objetivo principal a recuperação da informação através do tratamento e da disseminação aliada às tecnologias de informação e comunicação. Sendo assim, a biblioteca pública torna-se um dos principais atores para promoção do desenvolvimento da comunidade à qual está inserida, podendo contribuir efetivamente para que as desigualdades entre as nações ricas e as pobres sejam amenizadas. Seus serviços e produtos são oferecidos com base na igualdade de acesso levando em consideração a diversidade e as peculiaridades de seu usuário. No tocante às pessoas com deficiência, a biblioteca pública deve estar apta para receber esse público e por isso deve desenvolver ações de acessibilidade que contemplem medidas de viabilidade de acesso à informação desse significativo segmento da sociedade. Considerando que as bibliotecas públicas são agentes promotores de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade a partir do acesso irrestrito à informação, esta dissertação busca levantar a questão da acessibilidade presente nessas instituições, sendo organizada em dois artigos. O primeiro artigo trata-se de um levantamento da população com deficiência da microrregião industrial do Centro-oeste de Minas Gerais e a partir deste sugere ações de acessibilidade para o atendimento a essa população. O levantamento da população com deficiência, feito a partir dos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou a presença de uma significativa parcela da população com deficiência nessa região, configurando um usuário potencial para as bibliotecas públicas do local. Para a elaboração das ações buscou-se utilizar as dimensões de acessibilidade nos aspectos arquitetônicos, programáticos, metodológicos, instrumentais, comunicacionais e atitudinais. Embora muitas ações de acessibilidade sejam dispendiosas, existem muitas outras acessíveis a qualquer biblioteca independente de seu tamanho ou orçamento. O segundo artigo trata-se de um diagnóstico de acessibilidade das bibliotecas públicas dos municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais que foca a acessibilidade a partir das dimensões de acessibilidade propostas na literatura e utiliza como parâmetro a legislação vigente. A partir desse estudo, foi possível perceber que a acessibilidade nesses ambientes é desfavorável, embora muitas ações já vêm sendo implementadas, principalmente no aspecto arquitetônico. O estudo aponta possíveis causas da ausência de acessibilidade nesses ambientes e relaciona algumas recomendações que podem contribuir para que os profissionais dessas bibliotecas encontrem um caminho que leve à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nestes locais.

Palavras-chave: Biblioteca Pública – Acessibilidade – Pessoas com deficiência – Sociedade do conhecimento.

ABSTRACT

The public library, portal of access to knowledge, has as its main purpose the recovery of information throughout management e dissemination, allied to communication and information technologies. Therefore, the library becomes one of the main actors to promote the development of the local community, by contributing effectively to reduction of the differences between poor and rich nations. Public libraries services and products are offered based upon access equity by considering de diversity and singularity of its users. Regarding people with disabilities, public library should be able to receive these individuals, and consequently accessibility actions must be developed to consider viability of access to information to the significant the public segment. Considering that public libraries are endorsing representatives for the inclusion of people with disabilities by offering access to information with no restrictions, this dissertation addresses the issue of accessibility existing in these institutions, organized in two articles. The first one is an investigation about the population with disabilities in the cities of the industrial area of the mid-west of Minas Gerais state that proposes accessibility actions to attend the community. The classification of this population with disabilities, elaborated by statistical data from IBGE, showed the presence of a significant part of population with deficiencies in that area, indicating a likely profile to this local public libraries. In order to elaborate these actions it was necessary the use of accessibility dimensions such as architectural, programmatic, methodological, instrumental, communicational, and attitudinal aspects. Although many accessibility actions are expensive, there are many other low-cost ones affordable to any library no matter its extent or budget. The second article presents a accessibility diagnosis of public libraries in the cities of the industrial area of the mid-west of Minas Gerais state that emphasizes on accessibility from the dimensions present in the literature. Besides that, this study has its base on the current accessibility policy. The results showed that accessibility in these environments is not adequate, although many other actions has been established, especially in the architectural aspect. The study targets to possible causes of the absence of accessibility in the environments and makes some recommendations that could help the library professionals to find the path to promote accessibility and insertion of people with disabilities in these places.

Keywords: Public Library – Accessibility – People with disabilities – Information Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 -	Demonstrativo das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas e seus respectivos municípios	54
QUADRO 2 -	Bibliotecas das cidades polo da Mesorregião Oeste de Minas Gerais visitadas	65
FIGURA 1 -	Faixa de pedestre e rebaixamento de calçada em frente às Bibliotecas Públicas Maria de Freitas e Ataliba Lago das cidades de Piumhi, MG. e Divinópolis, MG., respectivamente	65
FIGURA 2 -	Sinalizações táteis e direcionais delineando a calçada até a porta de entrada da Biblioteca Pública do Centro de Educação e Artes Unificado (CEU) – Campo Belo, MG.	68
FIGURA 3 -	Acervo da Biblioteca Pública CEU - Livros em áudio e braile – Campo Belo, MG.	68
FIGURA 4 -	Futura sede da Biblioteca Pública Municipal José do Nascimento Teixeira – Oliveira, MG.	69

LISTA DE TABELAS

1 - Número de pessoas com deficiência visual, auditiva e motora de cada município da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas Gerais	41
1 - Respostas das questões relativas ao usuário com deficiência	58
2 - Respostas das questões relativas à infraestrutura da cidade	58
3 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade arquitetônica	58
4 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade comunicacional	60
5 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade instrumental	60
6 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade metodológica	61
7 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade programática	61
8 - Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade atitudinal	61

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADA - *American with Disabilities*

ADEFOM - Associação de Deficientes Físicos do Oeste de Minas

ALA - *American Library Association*

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASCLA - *Association of Specialized and Cooperative Library Agencies*

ASL - Linguagem de Sinais Americana

BSP - Biblioteca de São Paulo

CAP - Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Estado

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CEU - Centro de Educação e Artes Unificado

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

EBLIDA - European Bureau of Library, Information and Documentation Association

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia

ICIDH - Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades

IFLA - *International Federation of Library Association*

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SNPD - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

TA - Tecnologia Assistiva

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

W3C - *World Wide Web consortium*

WAI - *Web Accessibility Iniciativa*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 DEFICIÊNCIA: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO.....	18
2.2 ACESSIBILIDADE	21
2.3 DOCUMENTOS NORTEADORES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS.....	24
2.4 A BIBLIOTECA PÚBLICA E O ACESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À INFORMAÇÃO	27
2.5 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
3 ARTIGO 1	36
DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE APLICADAS ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA MICRORREGIÃO INDUSTRIAL DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS	36
3.1 INTRODUÇÃO	38
3.2 METODOLOGIA	40
3.3 RESULTADOS	40
3.4 DISCUSSÃO.....	42
3.5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	46
4 ARTIGO 2	48
DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS.....	48
4.1 INTRODUÇÃO	50
4.2 OBJETIVOS.....	52
4.2.1 OBJETIVO GERAL	52
4.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	53
4.3 METODOLOGIA	53
4.3.1 TIPO DE ESTUDO	53
4.3.1.1 <i>Estudo 1 - Metodologia Quantitativa</i>	53
4.3.1.1.2 <i>Análise dos dados</i>	56
4.3.1.2 <i>Estudo 2 - Metodologia Qualitativa</i>	56
4.4 RESULTADOS.....	57
4.4.1 DADOS QUANTITATIVOS	58
4.5 DISCUSSÃO.....	70
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS.....	82
APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	96
ANEXO A – NORMAS DA REVISTA FORSCIENCE PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS	99
ANEXO B – NORMAS DA REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS.....	103

1 INTRODUÇÃO

A velocidade com que acontecem os avanços tecnológicos e o processo de globalização da sociedade são elementos que contribuem para que a busca por informação seja objetivo elementar e comum a todas as sociedades engajadas a essa nova ordem chamada sociedade da informação ou sociedade em rede.

Na definição de Barreto (2002), informação são estruturas simbólicas com a competência de gerar conhecimento no indivíduo e age como instrumento capaz de modificar a consciência das pessoas e do ambiente em que vivem, fazendo com que estes atinjam um estágio melhor de desenvolvimento. A informação é, pois, instrumento de transformação e “principal fator de agregação de valor para a evolução da sociedade moderna” (BAZILIO, 2011, p. 2).

As nações que detêm o conhecimento, ambiente onde a informação circula com a mesma velocidade e intensidade com que são produzidas são, igualmente, detentoras do poder. Por outro lado, há as nações que ficam à margem desse processo pela incapacidade de acompanhar o desenvolvimento das tecnologias de informação, ocasionando um cenário propício à formação de um abismo cada vez maior entre pobres e ricos. Portanto, a sociedade da informação, ao passo que produz desenvolvimento e riqueza, por outro lado é altamente promotora de exclusão social.

A biblioteca pública, centro de informação por excelência, assume papel de destaque no novo modelo de sociedade que ora se apresenta, pois em meio a esse turbilhão de informações a que se é submetido, em todo o momento, a biblioteca, através da gestão da informação, aliada às tecnologias de processamento da informação e comunicação (TIC), tem a competência para disponibilizar com eficiência e eficácia, ao seu usuário, a informação que irá contribuir para seu desenvolvimento individual e, conseqüentemente, o da sociedade.

Entretanto, o papel da biblioteca pública na sociedade da informação vai muito além do tratamento e a disponibilização da informação desejada. A biblioteca pública, por seu caráter democrático, configura-se como importante ator na promoção da inclusão do indivíduo na sociedade colaborando para o exercício pleno de sua cidadania. Muitas vezes, a biblioteca é a única oportunidade que uma pessoa tem de fazer parte de um grupo social, de estabelecer o encontro com a arte, ter acesso a palestras ou cursos e hoje, mais do que nunca, ter acesso às tecnologias de informação e comunicação, como a *Internet*.

Nesse contexto, é importante ressaltar a atribuição dada por Cunha (2003, p. 72) à biblioteca pública na sociedade da informação:

a sociedade da informação, nos diferentes espaços geográficos em que vem sendo concebida, atribui à biblioteca pública a missão especial de assegurar a democratização do acesso em rede, a oferta de produtos e serviços de qualidade que contribuam para diminuir as desigualdades sociais e estimular os usuários a utilizar a *Internet* como instrumento de ampliação de conhecimento e convivência.

Instituição pública pressupõe o acolhimento de todos e gratuidade de serviços. Tais características intrínsecas à biblioteca pública demonstram a sua vocação para o atendimento à população menos favorecida economicamente e às minorias em geral. Essas prerrogativas constam do manifesto da *International Federation of Library Association* (IFLA/UNESCO, 1994), ao declarar que a biblioteca pública deve oferecer seus serviços, a todos, indiferente de raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social, além de disponibilizar serviços e materiais específicos às pessoas que por algum motivo não possam usufruir dos serviços comuns, dentre eles, os presos, os hospitalizados e as pessoas com deficiência.

A inserção da pessoa com deficiência na sociedade atual é uma questão que cada dia mais vem ganhando espaço nas discussões governamentais. Segundo dados da Organização das Nações Unidas Brasil (ONUBR, 2014), 10% da população mundial apresenta alguma deficiência impeditiva do gozo de seus direitos fundamentais, o que representa aproximadamente 650 milhões de pessoas. Segundo esse mesmo órgão, 80% dessas pessoas vivem nos países em desenvolvimento. Nas populações mais pobres essa parcela sobe para 20% da população. As mulheres e as meninas com deficiência são mais propensas a sofrerem violência e abuso sexual e as chances de obterem ajuda da polícia, proteção jurídica e cuidados preventivos são bem menores. Aproximadamente 30% dos meninos de rua apresentam alguma deficiência e, nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

Portanto, esses dados só vêm confirmar que muito deve ser feito por essa expressiva minoria da população mundial. É fato que, ao longo da história, a legislação concernente à problemática tem avançado e é possível perceber que a própria sociedade passa por um processo de conscientização, onde o convívio com as diferenças vem se tornando mais harmonioso e menos discriminatório. A promulgação da Convenção Universal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008 é um exemplo desse avanço e serviu como um “divisor de águas” na vida dessas pessoas (ONU, 2008). Foi a partir de sua publicação que as pessoas com deficiência tiveram uma garantia legítima de seus direitos fundamentais e passaram a ser vistos não mais como objetos de caridade, mas seres plenos e conscientes, capazes de reivindicar seus direitos, tomar decisões para suas vidas e serem cidadãos ativos na sociedade.

No Brasil, a legislação relativa à questão da pessoa com deficiência tem avançado ao longo do tempo e durante a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela ONU, o Brasil teve participação relevante na sua construção através da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que hoje é a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), onde buscaram com veemência a elaboração de um texto que

refletisse o resgate da integridade humana da pessoa com deficiência (TINÉ, 200-?). Tal convenção ganhou equivalência constitucional através do Decreto Legislativo 186/2008 assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e definitivamente, faz parte do marco legal brasileiro.

Para que a sociedade avance no sentido da promoção da inclusão das pessoas com deficiência é preciso, primeiramente, aceitar a deficiência como uma parte comum da variada condição humana (CARTA DO TERCEIRO MILÊNIO, 1999). A partir dessa consciência, o governo, junto aos diferentes segmentos da sociedade, busque desenvolver programas e políticas públicas que corroborem para a consolidação desses direitos. Nesse cenário, a biblioteca pública, por sua capacidade de promover o desenvolvimento regional em áreas mais isoladas, apoiando a inovação, os negócios, bem como a vida familiar de sua comunidade (EUROPEAN BUREAU OF LIBRARY, INFORMATION AND DOCUMENTATION ASSOCIATION, 2010) deve trabalhar em sintonia com a realidade social, política, econômica e cultural da comunidade de modo a desenvolver seu acervo e serviços, visando o atendimento às necessidades informacionais de seus usuários levando em conta a diversidade humana. É através de uma política de gestão e disseminação da informação eficiente, voltada aos interesses dessa população, procurando formas de eliminar as barreiras de acesso à informação, que a biblioteca pública poderá atingir seus objetivos.

Portanto, a biblioteca pública, setor da sociedade com grande potencial transformador no tocante à qualidade de vida das pessoas com deficiência, através do profissional bibliotecário, deve desenvolver ações de acessibilidade que contemplem as dimensões arquitetônica, programática, instrumental, comunicacional, metodológica e principalmente atitudinal (Sasaki, 2009), adotando uma postura receptiva no tratamento a essas pessoas, de forma a trazê-las para dentro de seus espaços e assim possa contribuir para o desenvolvimento tanto pessoal, quanto educacional e cultural, dessas pessoas, promovendo a sua inclusão efetiva na sociedade.

Muito embora a importância da biblioteca pública na inclusão das pessoas com deficiência seja reconhecida e pode ser confirmada através de estatísticas que apontam a presença delas em mais de 97% dos municípios brasileiros (IBGE, 2012), dados de pesquisa também mostram que somente 10% das bibliotecas públicas estão preparadas para receber o público que apresenta algum tipo de deficiência (FGV, 2010).

Diante desse cenário e com o intuito de chamar a atenção para a questão da acessibilidade nas bibliotecas públicas, tendo em vista a sua importância no processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, o presente trabalho foi desenvolvido e apresentado sob a forma de dois artigos científicos.

O primeiro artigo, intitulado “DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE APLICADAS ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA MICRORREGIÃO INDUSTRIAL DO CENTRO-OESTE DE

MINAS” foi formatado de acordo com as normas da revista Science do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Formiga. O artigo teve como objetivo propor ações de acessibilidade às bibliotecas públicas da região citada, levando-se em consideração as dimensões de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, programática, instrumental, metodológica, e atitudinal propostas por Sasaki (2009).

O segundo artigo, intitulado “DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS”, foi formatado de acordo com as normas da revista Ciência da Informação, publicação do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Trata-se de um estudo descritivo que teve como objetivo identificar as condições de acessibilidade das bibliotecas públicas dos municípios da região citada usando como parâmetro as dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009), a NBR9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação brasileira de acessibilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Deficiência: um conceito em evolução

A deficiência é um tema de grande interesse para um expressivo segmento da população, pois é através de seus conceitos que são estabelecidas políticas públicas e de saúde capazes de promover a igualdade de oportunidade para todos, colaborando para a eliminação da discriminação das pessoas com deficiência.

Ao longo do tempo, o conceito de deficiência vem evoluindo, e com essa evolução, as pessoas com deficiência vêm conquistando seu espaço junto à sociedade. Historicamente, a evolução desse conceito foi marcada por alguns modelos conceituais de deficiência. Conforme Sasaki (2012), o primeiro a vigorar foi o Modelo da Rejeição Social, prevalecendo até o século XIX. Esse período foi marcado pela exclusão, onde as pessoas eram abandonadas à própria sorte. Posteriormente, a partir de 1910, vigorou o Modelo Assistencialista, marcado pela segregação, onde algumas pessoas conseguiam procurar o governo ou a sociedade e, por merecimento, passavam a receber ajuda material para sobreviverem. A partir de 1940 até pouco tempo atrás, passou a vigorar o Modelo Médico, marcado pela integração, onde as pessoas reabilitadas eram matriculadas em escolas comuns e inseridas no mercado de trabalho, desde que demonstrassem capacidade para estudar ou exercer alguma atividade para o trabalho. Até este momento, a deficiência era tida como

um problema que as tornava incapazes de fazer parte da sociedade. Na década de 1990, passou a vigorar o Modelo Social de análise da deficiência, marcado pelo período da Inclusão Social. A partir daí, os sistemas sociais começaram a passar por adequações no sentido de eliminar as barreiras ambientais para que as pessoas com deficiência pudessem participar ativamente em todos os aspectos da sociedade. Nesse período, entre os anos de 1980 a 2001, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adotou a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades (ICIDH).

Em 2001, a partir de uma evolução do ICIDH, a OMS passou a adotar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como base conceitual para a definição, mensuração e formulações de políticas para saúde. De acordo com o modelo conceitual da CIF, a funcionalidade e incapacidade são resultados da interação entre os estados de saúde e os fatores contextuais (ambientais e pessoais). Portanto, a incapacidade é a alteração em um ou mais dos níveis a seguir: *deficiências*, que são problemas na função ou estrutura do corpo tais como uma perda ou desvio significantes, *limitações de atividade*, que são dificuldades que um indivíduo pode ter para executar atividades e *restrições à participação*, que são problemas que um indivíduo pode ter no envolvimento em situações de vida (OMS, 2002).

Em 2008, a Organização das Nações Unidas adota a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que conceitua deficiência como

um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (UNIT NATIONS ENABLE, 2008).

Nesse conceito é possível notar a mudança de paradigma ao transferir a deficiência, que antes estava na pessoa, para o ambiente em que ela vive. Isto é, a deficiência em si não impede que uma pessoa deixe de participar ativamente da vida em sociedade, desde que esta esteja preparada para recebê-la.

Em 2008, a Convenção é ratificada no Brasil como emenda constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6.949, em 25 de agosto de 2009, adotando assim o conceito de pessoas com deficiência como sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009).

Para que seja considerada pessoa com deficiência, segundo o artigo 3.298/99, o indivíduo deve se encaixar em alguma das categorias abaixo:

1 – Deficiência física: é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da função física. Podem se apresentar sob a forma de

paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

2 – Deficiência auditiva: é a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, e variam de graus e níveis da seguinte forma:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

3 – Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

4 – Deficiência mental: é o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

5 – Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Portanto, ao longo do tempo, todos esses conceitos foram criados para assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. Respaldados nesses conceitos, governo e sociedade devem trabalhar juntos buscando promover, facilitar e garantir a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

2.2 Acessibilidade

A acessibilidade é um tema relativamente recente na legislação brasileira. Historicamente, a acessibilidade começa a dar seus primeiros passos a partir da promulgação da Constituição de 1988. O tema é citado no artigo 5º da Constituição que garante o direito de ir e vir, e estabelece que: “XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” e no artigo 227, que define que: § 2º - “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988).

Em 2000, o tema foi regulamentado pelas leis federais 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000. A primeira trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. A última, escrita pelo Poder Executivo, subdivide o assunto em acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnicas (BRASIL, 2009).

Em 2004, essas leis foram regulamentadas pelo Decreto 5.296/04 sob o título de Lei de Acessibilidade (BRASIL, 2009). Já no ano de 2008, o Governo Federal ratifica a Convenção dos direitos das pessoas com deficiência da ONU como emenda constitucional, demonstrando o compromisso do legislativo com as mudanças e objetivos nela propostos. A Convenção bane qualquer tipo de discriminação, facilita o acesso à justiça e transporte, a participação política e a acessibilidade irrestrita que será alcançada

através de medidas que assegurem o acesso às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

- a) edifícios, estradas, transportes e outras instalações interiores e exteriores, incluindo escolas, habitações, instalações médicas e locais de trabalho;
- b) Informação, comunicações e outros serviços, incluindo serviços eletrônicos e serviços de emergência (ONU, 2008).

O artigo 30 da Convenção declara o direito do cidadão com deficiência de ter acesso aos locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e pontos turísticos, e se possível ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional (ONU, 2008). Apesar da Lei 10.098/00 já fazer alusão à obrigatoriedade da acessibilidade nos prédios públicos (Brasil, 2000) e o Decreto 5.296/04 declarar que as bibliotecas das escolas particulares ou públicas devem ser acessíveis (Brasil, 2004) foi somente a partir da Convenção que

a acessibilidade nas bibliotecas públicas tornou-se obrigatória e então começaram a oferecer condições de acesso às pessoas com deficiência.

A partir desse conceito é possível perceber que a acessibilidade não está restrita somente às questões físicas ou arquitetônicas e para que a inclusão se efetive de fato várias dimensões devem ser consideradas. Assim, Sasaki (2009) apresenta seis dimensões de acessibilidade capazes de tornar qualquer sistema social acessível. São elas:

- **Dimensão arquitetônica:** visa eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Exemplos mais comuns podem ser vistos em rampas, corrimãos, banheiros e elevadores adaptados.

- **Dimensão programática:** visa eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas, leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, dentre outros. Exemplo dessa dimensão pode ser vista nos regulamentos que preveem a entrada de cães guia em prédios públicos para acompanhar a pessoa com deficiência visual.

- **Dimensão instrumental:** visa superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer e recreação .

- **Dimensão comunicacional:** visa eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual. Exemplos dessa dimensão se dão através da língua de sinais, textos em braile, uso do computador portátil e acessibilidade virtual.

- **Dimensão metodológica:** visa eliminar as barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, trabalho e lazer. Exemplos podem ser vistos na biblioteca ao adotar um sistema que facilite aos usuários cegos e com deficiência física a busca de livros e outros materiais de leitura e pesquisa.

- **Dimensão atitudinal:** esta é talvez a mais importante à medida que as demais dimensões se relacionam a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A Norma Técnica 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, criada em 1994, foi uma conquista para a sociedade, pois previa a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Em 2004, a norma foi revista e teve seu título alterado para “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” acompanhando a evolução conceitual mundial do *design universal*, deixando de ser exclusiva de pessoas com deficiência, passando a ser um recurso para toda a sociedade.

Design Universal é também chamado de *Design Total* ou *Design Inclusivo* e foi usado pela primeira vez em 1985, nos Estados Unidos pelo arquiteto Ron Mace, fundador do *The Center for Universal* com o objetivo principal de criar produtos e serviços que possam ser usados pelo maior número de pessoas possível, independente de suas capacidades físico-motoras, idade ou habilidades. Para aplicação do *design universal*, os projetos devem se basear em alguns princípios fundamentais:

o princípio do uso equitativo, do uso flexível, do uso simples e intuitivo, da informação perceptível, da tolerância a erros, do baixo esforço físico e do tamanho e espaço para aproximação e uso (VASCONCELOS, 2013).

O uso das tecnologias assistivas (TA) é também uma forma de promover a inclusão no ambiente da biblioteca, fornecendo meios que favorecem às pessoas com deficiência o acesso à informação, seja no ambiente virtual, digital ou físico. A TA representa “todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão” (BERSCH, 2008, p.01). Ela está presente no cotidiano das pessoas através do design de canetas, talheres, controle remoto, computadores, telefone celular, enfim, em uma infinidade de recursos criados para facilitar o desempenho de funções desejadas. A TA torna as atividades mais fáceis para as pessoas sem deficiência e as atividades possíveis para as pessoas com deficiência (RADABAUGH, 1993 *apud* BERSCH, 2008). Para se chegar ao conceito de TA adotado pelo Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), realizou, previamente, um estudo dos conceitos internacionais devido a grande abrangência do tema. Assim, em 14 de dezembro de 2007 foi aprovado em reunião, por unanimidade, o seguinte conceito:

TA é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009).

As categorias de TA são subdivididas de acordo com os objetivos funcionais a que se destinam, sendo assim descritas: auxílios para a vida diária, comunicação aumentativa e alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, sistemas de controle de ambiente, projetos arquitetônicos para acessibilidade, órteses e próteses, adequação postural, auxílios de mobilidade, auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal, auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo, adaptações em veículos (BERSCH, 2008).

Com o intuito de promover o acesso das pessoas com deficiência às dependências e aos serviços da biblioteca muitas TA podem ser utilizadas, tais como: equipamentos de auxílio à mobilidade como o *Stair Track* (elevador de cadeira de rodas) e o *Evacu-Trac* (cadeira de evacuação de emergência); ampliadores de tela; leitores de tela *Virtual Vision*, *Monitivox* e *Jaws*, programas de reconhecimento de voz, teclados alternativos, dispositivos apontadores alternativos que simulam o funcionamento do mouse, o sistema operacional DOSVOX (FONSECA e PINTO, 2010), além de outros *software* livres disponíveis na *Internet*.

2.3 Documentos norteadores de acessibilidade em bibliotecas

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), voz global das bibliotecas e dos profissionais da informação, junto às associações e instituições de bibliotecas, redigiram em 2005 o documento *L'accessibilité des bibliothèques aux personnes handicapées – CHECKLIST*, com o propósito de nortear as bibliotecas e servir de parâmetro no desenvolvimento de ações de acessibilidade nesses ambientes (IFLA, 2005). A IFLA(2005) ressalta ainda que a acessibilidade deve ser parte integrante da missão da biblioteca e demonstra através de suas diretrizes a preocupação desse segmento em oferecer serviços de qualidade à pessoa com deficiência. Tais diretrizes foram divididas em vários aspectos da acessibilidade e os principais são abordados a seguir:

Acesso Físico

- No entorno da biblioteca deve haver estacionamento reservado e identificado com o símbolo internacional de acesso; sinalização clara e de fácil leitura; caminhos sem obstáculos e bem iluminados; superfície plana e piso antiderrapante; rampas e escadas com corrimãos laterais.
- Para facilitar à pessoa com cadeira de rodas, bengalas, andador ou acompanhada de seu cão guia no acesso à biblioteca, deve haver: a) espaço suficiente em frente à porta para manusear a cadeira de rodas; b) porta de entrada automática com largura suficiente para permitir a passagem de cadeira de rodas; c) sinalização visível se as portas são de vidro; d) pisos e escadas marcadas com cor contrastante; e) elevadores com pictogramas, botões bem iluminados, em braile e informação em voz; f) botões com altura para cadeiras de rodas.

Acessibilidade a equipamentos e serviços

- Sinalização clara e de fácil leitura; prateleiras acessíveis à altura da cadeira de rodas; mesas de leitura e estações de computador de alturas variadas; cadeiras com braços sólidos; alarmes de incêndio visual e sonoro.
- a biblioteca deve ter pelo menos um banheiro adequado para pessoas com deficiência com sinalização clara de localização e devem ser adaptados com portas largas e espaço interno suficiente para movimentação da cadeira de rodas; barras de apoio, pias, espelhos e sinal de alarme na altura adequada para cadeira de rodas.
- deve haver um departamento exclusivo para pessoas com deficiência com uma localização central na biblioteca; coleções de livros de áudio e outros documentos e materiais para as pessoas com

deficiência e aqueles com dificuldades de leitura; sinalização clara; poltronas confortáveis; leitor de CD, leitor de *Daisy*¹ e outros equipamentos que possam complementar o acervo audiovisual; uma lupa, um ampliador de vídeo; computadores com caráter de expansão e *software* projetado para as pessoas com dificuldades de leitura e deficiências cognitivas.

Materiais e coleções adaptados

- Todos os materiais da biblioteca devem ser acessíveis a todos. Para alcançar esse objetivo a biblioteca deve buscar adaptar suas coleções às necessidades das pessoas com deficiência adquirindo: audiolivros, jornais, periódicos, livros impressos com caracteres maiores, de fácil leitura, livros em braile, vídeos em DVD e/ou língua de sinais e *E-Book*.
- a biblioteca deve disponibilizar computadores com teclados adaptados, estações para pessoas que usam cadeiras de rodas e as mais variadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) disponíveis às pessoas com deficiência, além de disponibilizar assistência da Tecnologia da informação no local, funcionários capazes de resolver problemas e capazes de treinar os usuários na utilização dos computadores.

Serviços de Comunicação

- A biblioteca deve organizar visitas guiadas individuais ou em grupo para que as pessoas com deficiência conheçam os ambientes e materiais da biblioteca.
- as informações relativas ao acesso, serviços, coleções e a programação devem ser adaptadas de acordo com a necessidade de cada deficiência.
- o site da biblioteca deve ser adaptado e acessível através de ampliação de telas e síntese de voz, combinados com braile. As demais adaptações que tornam os sites Web acessíveis são tratadas no site *Web Accessibility Initiative* (WAI) do W3C (*World Wide Web Consortium*).

Informação simples e acessível

O material de informação deve ser compreensível a todos. Deve-se escrever frases claras e curtas, evitar estrangeirismos, espaço maior entre parágrafos, as ilustrações com o texto na mesma página, texto escuro em fundo branco ou claro e nunca o contrário. Tais regras valem tanto para material impresso como para o site.

¹ *Digital accessible information system*. E-book desenvolvido especialmente para pessoas com deficiência visual.

A cooperação com associações e instituições de pessoas com deficiência

A cooperação com os representantes das associações e com as pessoas com deficiência torna-se importante para que os serviços e a programação da biblioteca ganhe credibilidade e chegue a todos os cidadãos. Isto pode ser feito através de convite oficial para participar de projetos; reuniões para trocar experiências; projetos conjuntos e grupos focais. No programa de atividades nas bibliotecas podem ser inseridas campanhas de informação e exposições sobre a deficiência; podem ser disponibilizadas cabines com folhetos informativos; podem ser feitas reuniões e conferências sobre as questões da deficiência e podem ser desenvolvidas atividades divertidas para crianças e adultos com deficiência.

A *American Library Association (ALA)*, órgão americano responsável pela promoção e melhoria da bibliotecas e serviços de informação e da profissão de biblioteconomia, reconhece que as pessoas com deficiência são, em sua maioria, marginalizadas, que enfrentam desigualdade econômica, analfabetismo, isolamento cultural, discriminação na educação, no emprego e na ampla gama de atividades culturais. A ALA acredita que a biblioteca, sendo um instrumento catalizador na vida das pessoas com deficiência, capaz de facilitar suas vidas na sociedade, pode, através das estratégias do desenho universal garantir que sua política, recursos e serviços atendam às necessidades de todas as pessoas (ASSOCIATION OF SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES, 2001). Tendo em vista tais circunstâncias, em 2001, junto à *American with Disabilities Act (ADA)*, a ALA criou a política dos serviços de biblioteca para pessoas com deficiência. Dentre as prerrogativas dessa política pode-se destacar:

- a obrigatoriedade da forma diferenciada nas regras do empréstimo a essas pessoas como: prazos mais longos de empréstimo e reserva, envio de livros pelo correio, serviços de referência por fax ou e-mail, serviço de entrega em domicílio, acesso eletrônico remoto a recursos de bibliotecas, leitores voluntários na biblioteca, assistentes de tecnologia voluntário, Linguagem de Sinais Americana (ASL) e intérprete ou legendagem em tempo real em programas de biblioteca .

- adaptações nas instalações, serviços, coleções e o uso de tecnologia assistiva. Vale ressaltar a alusão que esta política faz à obrigatoriedade de se incluir as pessoas com deficiência como participantes no planejamento, implementação e avaliação de serviços de biblioteca, programas e instalações.

- a obrigatoriedade do setor público no recrutamento de pessoas com deficiência para a profissão de bibliotecário, primeiramente nos cursos de biblioteconomia e depois no emprego da profissão em todos os níveis.

- a importância de se incluir aos programas de pós-graduação do curso de biblioteconomia e informação que os alunos aprendam as questões de acessibilidade e que as bibliotecas ofereçam

cursos de formação para funcionários e voluntários de sensibilização sobre as questões da pessoa com deficiência e técnicas eficazes para prestação de serviços.

No Brasil, Lira (2007) afirma que a biblioteca pública além de ser o único meio de acesso da população sem recursos, a livros, jornais e revistas, materiais indispensáveis para a sua inserção na sociedade da informação, é também um dos principais alicerces do programa de inclusão digital brasileiro. Nesse sentido, o governo, através da Acessibilidade Brasil lançou um programa para tornar a Biblioteca Nacional acessível para pessoas com deficiência e idosos objetivando principalmente oferecer infraestrutura de instalações, equipamentos especializados, programas, serviços e informações às pessoas com deficiência e idosos. Tendo em vista o pioneirismo do projeto, ele objetiva também servir de modelo para as demais bibliotecas públicas brasileiras.

2.4 A Biblioteca Pública e o acesso da pessoa com deficiência à informação

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), “toda pessoa tem direito [...] de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios independentemente de fronteiras”. O presente documento internacional é o ponto de partida para o estabelecimento do conceito moderno do direito à informação que permite ao cidadão receber, investigar e difundir a informação (CUZCANO, 2002) e serviu de inspiração para a IFLA ao elaborar o manifesto sobre as bibliotecas públicas. Valores como liberdade, prosperidade e o desenvolvimento dos indivíduos só serão atingidos se eles estiverem na posse da informação que lhes permita exercer seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade (IFLA, 1994). Posto isso, o acesso de qualquer pessoa, a qualquer tipo de informação, deve ser respeitado e defendido. Com esse intuito e entendendo a diversidade de seus usuários, a IFLA declara que a biblioteca deve prover serviços específicos que faça com que a informação chegue a todos, inclusive às minorias linguísticas, aos presos, aos hospitalizados e às pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a biblioteca pública deve ter seus serviços voltados para um atendimento de excelência oferecendo serviços e produtos que atinjam os mais variados públicos levando-se em conta suas peculiaridades. As pessoas com deficiência devem ser incluídas nesse atendimento e devem ter suas necessidades informacionais atendidas tanto quanto os outros usuários. Para que a inclusão dessas pessoas, nos espaços das bibliotecas, sejam definitivos, além das ações de acessibilidade, deve haver uma preocupação no sentido de capacitar o profissional para que ele saiba acolher corretamente esse segmento da população.

Segundo o código de ética do bibliotecário, este profissional “exerce importante papel na promoção da inclusão e erradicação da discriminação, assegurando o direito de acesso à informação

e o fornecimento de serviços equitativos para qualquer pessoa de qualquer [...] condição física ou mental [...]” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002). Como agente intermediador no processo de transferência de informação, o bibliotecário tem potencial para participar ativamente na inclusão das pessoas com deficiência. Conforme afirma Freire (2001), nas comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, ao disseminar a informação, o bibliotecário traça um caminho para a inclusão social. Portanto, a responsabilidade social na inclusão das pessoas com deficiência é característica inerente ao profissional da informação e é através de sua ação de mediação da informação que ele se torna capaz de promover um melhor acesso à informação, preservando a autonomia das pessoas com deficiência, dignidade e respeito às diferenças. Dessa forma, o bibliotecário contribui para a igualdade de oportunidades a este público (ALVES; VIGENTIM, 2013).

Os avanços tecnológicos ocorridos nas áreas da comunicação e informação capazes de proporcionar o acesso rápido e eficiente à informação devem ser usufruídos também pelas pessoas com deficiência, cabendo aos profissionais da biblioteconomia lutar para que todos os seres humanos, independentemente da forma com que se apresentam, sejam atendidos com igualdade ao buscarem os serviços das bibliotecas (PUPO, 2006). Por isso, o profissional deve atualizar-se procurando conhecer as Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis no mercado que facilitam o acesso à informação. Várias bibliotecas, tanto nacionais quanto internacionais, percebendo a necessidade de se engajarem a essa nova realidade, até mesmo como forma de sobrevivência, já adotaram algumas destas tecnologias.

As bibliotecas digitais são um exemplo dessas tecnologias que imprimem qualidade aos serviços da biblioteca pública à medida que divulgam e oferecem ao usuário um acervo organizado com acesso local e remoto e permitem a visualização do documento pesquisado na íntegra.

A participação da biblioteca pública nas redes de bibliotecas é, também, uma questão de sobrevivência e talvez o caminho mais provável para a sua inserção definitiva na sociedade da informação. As redes, além de possibilitarem às bibliotecas públicas participantes a disponibilização de seu acervo, proporcionam também, o acesso a uma infinidade de documentos pertencentes a outras bibliotecas, aumentando, substancialmente, o universo de pesquisa de seus usuários (MEDEIROS, 2012).

As redes sociais, por sua vez, são uma alternativa para a biblioteca pública, que visa o estreitamento de seus laços com a comunidade. Através da interatividade proporcionada pelas redes sociais, a biblioteca pública terá oportunidade de se aproximar mais de seu público e através de *feedback* será possível detectar um perfil mais complexo do usuário. Características como cultura, lazer e trabalho servirão como importantes fontes para direcionar os serviços que a biblioteca deve oferecer a sua comunidade.

Todavia, essas ferramentas somente conseguirão atingir o objetivo para o qual foram criadas se forem acessíveis a todos os tipos de usuários independentemente de peculiaridades que possam apresentar. Nesse contexto, cabe ao bibliotecário, aliado às Tecnologias Assistivas, utilizar essas ferramentas e as inúmeras ações de acessibilidade existentes e buscar, incessantemente, formas de promover o acesso igualitário à informação.

2.5 Revisão da literatura sobre acessibilidade em bibliotecas

Segundo Silveira (2001), o contexto da biblioteca universitária reflete o descaso social pelos deficientes físicos e seus objetivos são quase que exclusivamente voltados para os usuários ditos “perfeitos”. As poucas iniciativas de integração voltadas para esse segmento são medidas assistencialistas e que tiram do indivíduo qualquer possibilidade de viver em igualdade de condições com os demais membros da comunidade acadêmica. A autora relata ainda que a justificativa alegada é a de que o número de alunos com deficiência é muito baixo nas universidades. Entretanto, as estatísticas brasileiras afirmam que o número de pessoas com deficiência tem crescido a cada ano e, portanto, conclui que, na verdade, há uma demanda reprimida que, provavelmente, estaria na universidade se as condições de acesso fossem favoráveis.

Em um estudo de caso, Mazzoni (2001) procura avaliar as condições de acessibilidade da biblioteca universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade, considerando os aspectos de acesso à informação e comunicação e os aspectos atitudinais. Através desse estudo, constatou-se que apesar da existência de iniciativas que busquem promover a acessibilidade, estas não são adequadas o suficiente para que a pessoa com deficiência tenha acesso igualitário aos serviços prestados pela biblioteca da universidade e alcancem maior autonomia. Um exemplo disso são as chamadas falsas soluções. Situações onde se percebe que a existência da pessoa com deficiência foi pensada, mas que na prática as soluções ou não atendem às necessidades desses usuários ou geram outro tipo de discriminação, tais como: guichês exclusivos para pessoas com deficiência e passagem especial de acesso ao acervo. Questionam também o uso restrito da norma que apesar de garantir funcionalidade não garante padrões de qualidade do conforto como é o caso da existência de um acesso exclusivo para pessoas com cadeira de rodas ao auditório que as impedem de circular entre as demais pessoas. E ressalta a importância da universidade no processo da promoção da acessibilidade no contexto da sociedade ao declarar que:

a universidade é um espaço privilegiado para que ocorra o processo de construção da acessibilidade, pois envolve a formação de distintas categorias de profissionais, e, além disso, as condições de acessibilidade que adota possuem um efeito multiplicador, pois funcionam como um modelo para várias outras instituições de ensino superior (MAZZONI, 2010).

No caso das bibliotecas públicas, Barreto e Coutinho (2010) analisam a acessibilidade arquitetônica da maior biblioteca pública da Bahia e constatam que não há uma preocupação de fato com a acessibilidade das pessoas e a eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos dessa instituição. Existem ações isoladas voltadas para as pessoas com deficiência visual especificamente com a prática de utilização do braile e programas destinados ao referido público. As autoras ressaltam que qualquer restrição ou inadequação que impeçam as pessoas de usufruírem do seu direito de ir e vir com segurança e equidade pode gerar impacto na independência e autonomia e obviamente na participação do processo de inclusão social.

Minuzzo (2004) vai além e alerta para que a preocupação com os espaços das bibliotecas não se resuma ao ato de construir, mas para a necessidade de se investir em recursos humanos e desenvolver uma coleção que atraia e supra as necessidades da população.

Vieira (2014) resalta que apesar da universidade estar se esforçando para cumprir as normas de acessibilidade, a legislação não está sendo suficiente para garantir ao discente com deficiência auditiva sua permanência e conclusão nos cursos em que se matricularam. Segundo o mesmo, grande parcela desse processo depende da atuação do bibliotecário que deve estar atento e qualificado, pois a biblioteca, assim como outros setores de informação, encontra-se em constantes mudanças e deve adaptar-se, buscando produtos e serviços especializados que atendam à sua clientela.

Exemplo dessa busca pelo atendimento ao usuário, levando-se em conta a diversidade humana, pode ser observado em uma iniciativa da Universidade Estadual de Campinas com a criação de um Laboratório de Acessibilidade composto por uma sala de acesso à informação (coordenado por uma bibliotecária) e um laboratório de apoio didático (coordenado por uma pedagoga), em um espaço da Biblioteca Central Cesar Lattes, onde são desenvolvidas atividades que priorizam o estímulo à autonomia e à independência dos acadêmicos com deficiência. Conforme resalta Puppo (2008), a educação inclusiva pressupõe emancipação, liberdade e independência e por isso não deve deixar ninguém de fora da escola que, por sua vez, deve considerar seus alunos em função de suas necessidades.

A Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luiz é considerada referência para o estado do Maranhão e para o Brasil não somente por seu riquíssimo acervo, mas também por suas ações inclusivas e acessibilidade física. Segundo Nascimento e Azevedo (2014), para que isso fosse possível, as parcerias com órgãos afins foram fundamentais. Hoje, a biblioteca conta com o apoio da Escola de Cegos do Maranhão, da Associação de Cegos do Maranhão, do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Estado (CAP), da Fundação Dorina Nowil e também com o apoio do Centro Cultural de São Paulo. Tem uma biblioteca Braile que mantém um cadastro com 75 usuários,

além de receber diariamente um grande número de pesquisadores, estudiosos e curiosos em conhecer o trabalho desenvolvido, principalmente sobre a leitura e escrita braile.

A biblioteca de São Paulo (BSP), referência brasileira em acessibilidade em bibliotecas públicas, promove ações voltadas para o acesso e a inclusão informacional, considerando o atendimento aos mais variados públicos. A BSP propõe um novo modelo de biblioteca em que o usuário se sinta parte integrante da biblioteca. Segundo Mota, Silva e Lopes (2014), a BSP tem como desafio buscar produtos e serviços que promovam a autonomia de seus frequentadores com e sem deficiência. Nesse sentido, suas ações estão focadas em atividades culturais, disponibilização de tecnologias assistivas e acervos diversificados, além de contar com uma equipe capacitada e sensibilizada no atendimento a esse público específico.

A partir desses estudos, percebe-se que a temática da acessibilidade nas bibliotecas brasileiras, tal qual a legislação, vem ocupando espaço e se desenvolvendo ao longo do tempo, mas ainda há que se percorrer um longo caminho para que estas instituições se tornem acessíveis de fato. Percebe-se, através de iniciativas isoladas, que há um amadurecimento gradativo sobre o tema por parte dos gestores dessas bibliotecas. Muitas dessas iniciativas promovem a acessibilidade e outras simplesmente não funcionam, gerando outro problema que é a discriminação. Para reverter essa situação, torna-se necessária a capacitação não só dos gestores dessas instituições mas de toda a equipe envolvida no atendimento às pessoas com deficiência. É através da capacitação que essas pessoas tomarão conhecimento da legislação existente, da aplicação correta das normas e principalmente, estarão aptas para o atendimento à pessoa com deficiência, respeitando as suas especificidades. Para que a acessibilidade se efetive nos ambientes das bibliotecas é indispensável a conscientização e o envolvimento de todos, pois conforme ressalta Mazzoni (2001, p. 34) “a acessibilidade é um processo dinâmico associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIATION SPECIALIZED AND COOPERATIVE LIBRARY AGENCIES. Library services for People with disabilities policy. 2001. Disponível em: <<http://www.ala.org/ascla/asclaissues/libraryservices>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ALVES, Ana Paula Meneses; VINGENTIM, Uilian Donizeti. Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em:<portal.febab.org.br/anais/article/view/1630>. Acesso em: 16 out. 2014.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A transferência da informação em conhecimento. 2002. UFPB. Disponível em: <https://www.academia.edu/7646014/A_transferencia_da_informacao_para_o_conhecimento>. Acesso em 12 set. 2014.

BARRETO, Tatiane Lima Menezes, COUTINHO, Isa de Jesus Coutinho. **Avaliação de acessibilidade da biblioteca pública do estado da Bahia:** discussões e reflexões. Revista Baiana de Terapia Ocupacional, Salvador, dez. 2012; 1(1): 57-65. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww5.bahiana.edu.br%2Findex.php%2Fterapiaocupacional%2Farticle%2Fdownload%2F127%2F146&ei=GdqJVJjKBcScgwT1jYCYBw&usq=AFQjCNEJuBtPki9ILUaDvOYFwI5DBXEgPQ&sig2=kS1aDyLsshffzT83afFCMQ&bvm=bv.81456516,d.eXY>>. Acesso em: 13 ago 2014.

BAZILIO, Ana Paula. A Inclusão Social e a Importância da Biblioteca Pública. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 24., 2011, Maceió, AL. *Anais...*Maceió, AL. FEBAB, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência.** 5. ed. Brasília: Centro de Informação e Documentação, 2009. Disponível em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadora_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9>. Disponível em: 28 abr. 2013.

_____. Presidência da República. Decreto n. 3.296, de 16 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva.** Brasília: SEDH, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolve: Código de Ética do Bibliotecário. **Resolução CFB n. 42** de 11 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.crb14.org.br/UserFiles/File/C%3B3digo%20de%20C%389tica%20Bibliotec%3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Biblios**. Ano 4, n. 15, jun. 2004.

CUZCANO, Alonso Estrada. LA BIBLIOTECA PÚBLICA: institución democrática al servicio de los ciudadanos THE PUBLIC LIBRARY: a democratic institution at the service of citizens.

Informação e sociedade, João Pessoa, PB, v12., n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb/ojs2/index.php/ies/article/view/141>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro - UNIC, 005, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

EUROPEAN BUREAU OF LIBRARY, INFORMATION AND DOCUMENTATION ASSOCIATIONS. **Bibliotecas: polos culturais de informação e de inspiração: uma tomada de decisão da EBLIDA**. Holanda, 2010. Disponível em: <http://www.eblida.org/Activities/PT_Bibliotecas-polos-%20culturais-de-%20informa%C3%A7%C3%A3o-e-%20de-%20inspira%C3%A7%C3%A3o_EGCIS_Position%20Paper_%28Portuguese%29.pdf?PHPSESSID=2614e4b194a12ac6e7c20f72c0b27f41>. Acesso em: 20 jul. 2013.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. 166f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Ciência de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://tede-dep.ibict.br/tde_busca/arquivo.arquivo.php?codArquivo=20. Acesso em: 10 out. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo nacional de bibliotecas públicas municipais: estudo quantitativo: principais resultados**. Disponível em: <<http://www2.icultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **L'accessibilité des bibliothèques aux personnes handicapées – CHECKLIST**. IFLA Professional Reports, n. 89. 2005. Disponível em: <www.ifla.org/files/assets/hq/publications/.../89-fr.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros 2012**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/pdf/tab025.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

LIRA, Guilherme de Azambuja. Biblioteca Nacional: desenvolvimento do modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 10-13, abr./set. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/93>>. Acesso em: 19 set. 2014.

MAZZONI, et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca pública no século XXI. **CRB-8 digital**, São Paulo, v. 5 n. 2, p. 49-55, dez. 2012. Disponível em: <revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/91/91>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MINUZZO, Liziane Ungaretti. Programa de necessidades para a nova sede da biblioteca pública do Estado do Rio Grande do Sul. **Em questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 389-403, jul./dez. 2004.

MOTTA, Sueli Regina Marcondes, SILVA, Luciana Marques da, LOPES, Karina. **Acessibilidade na biblioteca de São Paulo**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. v. 10, VIII SENABRAILE, 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/338/314>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes Benedito Leite. Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE: cultura, educação e inclusão. 8., 2014. São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: FEBAB, 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318/295>>. Acesso em jun. 2014.

ONUBR Nações Unidas Brasil. A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, 2008. Disponível em:< <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>>. Acesso em: jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Rumo a uma Linguagem Comum para Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/cbcd/Material/Guia_para_principiantes_CIF_cbcd.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PUPPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.260 13, n.1, p.259-267, jan./jun., 2008.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Péres. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 10 jun 2013

REHABILITATION INTERNATIONAL. **Carta do terceiro milênio**. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade segundo a inclusão. **Revista nacional de reabilitação (reação)**, Ano XV, 87 . jul./ago., 2012, p. 14-16. Disponível em:< http://issuu.com/rodrigopmartins/docs/reacao_87?e=1218368/2737039>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções**. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TINÉ, Roberto. **Regulamentação da convenção da ONU**. São Paulo: Apabb. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/opinioao/visualizar/Regulamentaco-da-Convenco-da-ONU/1064>>. Acesso em: 14 set. 2014.

UNIT NATIONS ENABLE. **Convention on the rights of persons with disabilities**. New York, 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>>. Acesso em: jun. 2013.

VASCONCELOS, Alan. **Design sem público-alvo?** Conheça o Design Universal. 2013. Disponível em: <<http://www.quantumdesign.com.br/conheca-o-design-universal/>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. **Biblioteca inclusiva**: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão. *Biblionline*, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/17882/11099>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

3 ARTIGO 1

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE APLICADAS ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA MICRORREGIÃO INDUSTRIAL DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS

RESUMO

A acessibilidade na biblioteca pública é uma forma de garantir o acesso da pessoa com deficiência à informação e promover a sua inclusão na sociedade do conhecimento. Para que a acessibilidade se torne efetiva no ambiente da biblioteca, sua implementação deve vislumbrar a criação de medidas que atendam com maior efetividade as deficiências em todas as suas variações. O presente estudo teve como objetivo principal realizar um levantamento do perfil da população com deficiência dos municípios da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas Gerais através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desse perfil, foram apresentadas propostas de acessibilidade as quais poderão ser utilizadas e adaptadas de acordo com as realidades e necessidades de cada biblioteca, aplicando-se estrategicamente as seis dimensões de acessibilidade. De acordo com os resultados obtidos, foi possível constatar que em todos os aspectos analisados, a pessoa com deficiência encontra-se em desvantagem sobre as pessoas que não possuem deficiência. Constatou-se também, que na maioria dos municípios, prevalece a deficiência visual, seguida da deficiência motora e, por fim, a deficiência auditiva. A partir desse cenário, foram exploradas, prioritariamente, as dimensões arquitetônica, comunicacional e metodológica, por possuírem características estratégicas de acessibilidade que atendem às demandas que as deficiências prevalentes requerem. Entretanto, as demais dimensões de acessibilidade (instrumental, programática e atitudinal) também poderão contribuir para tornar as bibliotecas públicas dos municípios da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas mais acessíveis.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Acessibilidade; Inclusão Social; Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

The accessibility at public libraries is an approach to assure access to individuals with deficiency to information, and also to support social inclusion in the Information Society. In order to make accessibility effective in the library environment, its implementation ought to embrace the creation of procedures that comply with deficiencies in all of its types. The main objective of this study is to make an investigation about the population with disabilities in the cities of the industrial area of the mid-west of Minas Gerais state by using the statistical data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics. It was outlined a profile of the population with disabilities, and by this result, it was presented accessibility actions that could be used and adapted according to the needs of each library throughout the strategically application of the six accessibility dimensions. The results showed that in all analyzed aspects, the individual with deficiency find him/herself in disadvantage to individuals with no deficiency. The results also showed that in the majority of cities visual deficiency stood out followed by motor skills impairment, and hearing deficiencies consecutively. From this scenario it was explored primarily architectural, communication e methodological dimensions due to the fact that they strategically meet the accessibility requirements of the outlined profile. However, it is important to point out that the remaining dimensions (instrumental, programmatic, and attitudinal) can also contribute to enhance accessibility at public libraries located in the cities of the mid-west industrial area of Minas Gerais.

Keywords: Public Library; Accessibility; Social Inclusion; People with Disabilities.

3.1 INTRODUÇÃO

A informação, desde o início da civilização, exerce papel fundamental no desenvolvimento da humanidade. Hoje, mais do que nunca, as nações mais desenvolvidas são aquelas que têm maior acesso à informação, pois é através desta que o conhecimento é gerado. Informação é sinônimo de poder. No entanto, a cada dia ficam mais evidentes as diferenças sociais entre os que têm acesso à informação e os que são desprovidos dela. É nesse contexto que a biblioteca pública, instituição democrática por essência, entra em cena para tornar acessível a informação e assim contribuir para que essa diferença seja amenizada (BERNARDINO & SUAIEN, 2011).

A liberdade de expressão e o livre acesso à informação são direitos fundamentais dos seres humanos. Imbuída nesses preceitos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através da *International Federation for Library Associations and Institutions* (IFLA) conceitua biblioteca pública como a porta de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura, além de ser o apoio essencial à formação contínua, contribuindo assim para preservar os valores democráticos universais. Este manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e bem estar espiritual da humanidade. A biblioteca pública é, pois, uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano através de suas expressões criadoras (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2000).

A biblioteca pública, por ser uma instituição essencialmente democrática presta serviços baseados na igualdade de acesso, independente de raça, sexo, religião, nacionalidade, idade, língua ou status social. Além disso, oferece serviços e materiais específicos aos usuários que por alguma razão não podem utilizar-se dos materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas em hospitais ou prisões e pessoas com deficiência. No caso específico das pessoas com deficiência, é papel fundamental da biblioteca pública, praticar a inclusão, encontrando meios que facilitem o acesso à informação e à cultura. Esses meios nada mais são do que a prática da acessibilidade (IFLA, 1994).

A Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência define que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2008). Tal definição deixa claro que a deficiência não está na pessoa e sim no meio. O Brasil, em sintonia com a ONU, criou o Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que conceitua acessibilidade como uma condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de

transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por uma pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004). O decreto detalha todas as formas de implementação de acessibilidade para que uma sociedade se torne inclusiva, além de descrever a implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística seguindo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta legislação também contempla as ações para tornar efetiva a acessibilidade nos serviços de transporte coletivo e torna obrigatória a acessibilidade nos meios de comunicação e informação e as ajudas técnicas, que são a criação de produtos, instrumentos ou tecnologia adaptados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência e assim, favorecer a sua autonomia (BRASIL, 2004).

Pensando na adoção de medidas de adequação dos sistemas da sociedade às necessidades das pessoas com deficiência, Sasaki (2009) criou uma estrutura didática formada por seis dimensões de acessibilidade: acessibilidade arquitetônica (sem barreiras físicas), acessibilidade comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas), acessibilidade metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.), acessibilidade instrumental (sem barreiras nas ferramentas, utensílios, etc.), acessibilidade programática (sem barreiras nas políticas públicas, legislações, normas, etc.) e acessibilidade atitudinal (sem preconceitos, discriminações, etc.). As dimensões podem ser aplicadas em todos os campos da sociedade, inclusive em ambientes de bibliotecas comprometidas com a inclusão.

A Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas formada por quatorze municípios (Araújos, Carmo do Cajuru, Carmo da Mata, Cláudio, Divinópolis, Itapeçerica, Lagoa da Prata, Nova Serrana, Oliveira, Perdigoão, Pedra do Indaiá, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará, e São Sebastião do Oeste) possui pelo menos uma biblioteca pública em cada município e apresenta uma relevante parcela da população com deficiência, as quais variam entre auditiva, visual, mental, motora e múltipla. Essas deficiências são congênitas ou adquiridas através de doenças ou acidentes e por isso podem apresentar níveis diferentes de comprometimento, que vão fazer com que a pessoa com deficiência apresente diferentes habilidades, necessidades e preferências.

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar um levantamento do perfil da população com deficiência dos municípios dessa região através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desse perfil, foram apresentadas propostas de acessibilidade, as quais poderão ser utilizadas e adaptadas de acordo com as realidades e necessidades de cada biblioteca. Assim, o presente estudo propõe a aplicação estratégica das dimensões de acessibilidade nas bibliotecas públicas da Microrregião com o intuito de torná-las mais acessíveis às pessoas com deficiência.

3.2 METODOLOGIA

A metodologia empregada para responder aos objetivos propostos nesse trabalho foi a utilização dos microdados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Através do banco de dados foi possível obter informações, como: total de deficientes por município da microrregião, percentual da população do município com deficiência, prevalência dos tipos de deficiência por município, percentual de pessoas com deficiência distribuído por grupos etários, grau de instrução, sexo e perfil socioeconômico em nível microrregional. Os tipos de deficiência utilizados para análise foram: deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência motora. Foram excluídas da análise as deficiências múltiplas e mental ou intelectual, de forma a considerar apenas as deficiências de natureza exclusivamente física. Na análise dos dados foi utilizada a classificação adotada pelo IBGE para definir os graus de deficiência em: não consegue de modo algum, grande dificuldade, alguma dificuldade e nenhuma dificuldade.

3.3 RESULTADOS

O Censo realizado no Brasil em 2010 demonstrou que a população total da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas é de 513.100 habitantes, sendo que a população total de deficientes é de 150.032 habitantes, o que corresponde a 29,24% da população. O número de pessoas com deficiência auditiva, visual e motora é de 142.682 pessoas, o que corresponde a 27,80% da população total. O número de pessoas com deficiência intelectual/mental é de 7.289 pessoas o que corresponde a 1,42% do total. O número de pessoas com deficiência múltipla não foi declarado pelo IBGE.

A TAB. 1 mostra a prevalência da deficiência visual, auditiva e motora, por município da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas conforme resultados do Censo de 2010. Os números apresentados são o resultado da soma das classificações das deficiências adotadas pelo IBGE (não consegue de modo algum, grande dificuldade, alguma dificuldade). Para efeitos deste trabalho não foi considerado nesta tabela o número de pessoas que não têm nenhuma deficiência.

TABELA 1

Número de pessoas com deficiência visual, auditiva e motora de cada município da Microrregião Industrial Centro-Oeste de Minas Gerais (valor bruto e percentual da população total do município)

Município/Tipo de Deficiência	População Total	Auditiva	Visual	Motora
Araújos	7883	406 (0,079%)	1301 (0,25%)	458 (0,08%)
Carmo da Mata	10927	496 (0,096%)	1533 (0,30%)	751 (0,14%)
Carmo do Cajuru	20012	1199 (0,23%)	4743 (0,92%)	1532 (0,30%)
Cláudio	25771	1522 (0,29%)	5330(1,04%)	1922 (0,24%)
Divinópolis	213016	9286 (1,80%)	33920 (6,61%)	12464 (2,42%)
Itapecerica	21377	1563 (0,30%)	4893 (0,95%)	2154(0,42%)
Lagoa da Prata	45984	2327 (0,45%)	8487(1,65%)	3075 (0,60%)
Nova Serrana	73699	2275 (0,44%)	9993(1,94%)	2744 (0,53%)
Oliveira	39466	2203 (0,43%)	7579 (1,47%)	2785 (0,54%)
Pedra do Indaiá	3875	229 (0,044%)	677 (0,13%)	279 (0,05%)
Perdigão	8912	243 (0,047%)	623 (0,12%)	318 (0,06%)
Santo Antônio do Monte	25975	1365 (0,26%)	4938 (0,96%)	1660 (0,32%)
São Gonçalo do Pará	10398	621 (0,12%)	2127 (0,41%)	779 (0,15%)
São Sebastião do Oeste	5805	327 (0,063%)	1283 (0,25%)	272 (0,05%)
Total	513100	24062 (4,69%)	87427 (17,03%)	31193 (6,08%)

Fonte: IBGE, 2010.

Do total da população com deficiência, 130.426 (91,41%) residem na zona urbana e 12.256 (8,56%) na zona rural. A população da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas é composta em sua maioria por mulheres. A razão é de 98,98 homens para cada 100 mulheres. Na população de pessoas com deficiência essa razão cai para 77,3 homens para cada 100 mulheres. A taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais dessa região é de 97,35% enquanto que a taxa de alfabetização das pessoas com deficiência de 15 anos ou mais cai para 87,35%. Levando-se em conta somente as incapacidades severas das pessoas com deficiência de 15 anos ou mais a taxa de alfabetização cai para 76,9%. A taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos é de 97,73%, já na população que apresenta algum tipo de deficiência é de 92,3% (IBGE, 2010).

No campo socioeconômico a proporção de homens que ganham até um salário mínimo é de 20% e de mulheres é de 29%. Para os que se declaram com deficiência a proporção de homens que ganham até um salário sobe para 31% e de mulheres para 42% (IBGE, 2010).

3.4 DISCUSSÃO

A biblioteca pública, instituição democrática por essência, deve funcionar como um agente de inclusão social comprometida em desenvolver ações estratégicas de acessibilidade que proporcionem às pessoas com deficiência o acesso à informação e aos demais serviços que ela oferece. O presente estudo, inicialmente, fez um levantamento quantitativo das deficiências em cada município da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas de forma a direcionar estratégias de acessibilidade nas bibliotecas públicas destes municípios. Foi observado que a deficiência visual tem maior prevalência, seguida da deficiência motora e finalmente a deficiência auditiva, acompanhando a tendência estadual e nacional. Esta tendência só é quebrada nos municípios de Pedra do Indaiá e São Sebastião do Oeste, em que a deficiência motora é a de menor frequência.

No presente estudo, também foi feito um levantamento do perfil das pessoas com deficiência e das pessoas que não apresentam deficiência com o objetivo de confrontar os resultados obtidos e analisar qual a situação atual das pessoas com deficiência na sociedade. Observou-se que, em todos os aspectos analisados, há uma grande disparidade existente entre um seguimento e outro da população. No quesito educação, a taxa de alfabetização da população com deficiência está cinco pontos abaixo da população que não apresenta deficiência e a população com deficiência permanece menos tempo nas escolas. No campo socioeconômico, o número de pessoas com deficiência que ganha até um salário mínimo é maior que o número de pessoas que não apresentam deficiência, o que leva a sugerir que a pobreza está intimamente ligada à incapacidade provocada pela deficiência. Portanto, pode-se notar que em todos os campos da sociedade a presença da deficiência é um dificultador para o desenvolvimento dessas pessoas.

Diante do quadro apresentado, foi possível conhecer o perfil das pessoas com deficiência da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas e com base no contexto apresentado, as bibliotecas públicas dos municípios poderão desenvolver ações de acessibilidade favorecendo a inclusão dessas pessoas. A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência afirma que a acessibilidade é o ingresso e a permanência aos meios físicos e aos de comunicação (desenho universal) e aos sistemas, políticas, serviços e programas implementados pela sociedade (BRASIL, 2008). É preciso que se promova a acessibilidade, pois, dessa forma, será dada oportunidade às pessoas com deficiência de participarem plenamente na sociedade, em igualdade de condições com as demais.

Para Sasaki (2009), com o advento da fase de inclusão, hoje é possível entender que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que extrapolam o ambiente arquitetônico. As barreiras podem ser encontradas na

comunicação entre as pessoas, nas atitudes discriminatórias, no lazer e muitos outros. Conforme se apresentam as deficiências nos municípios da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas e de acordo com o perfil traçado das pessoas com deficiência, podem ser propostas algumas ações de acessibilidade nas bibliotecas públicas dos mesmos, utilizando-se as dimensões de acessibilidade como estratégia para que elas possam cumprir com seu papel social e informativo perante a sociedade.

De acordo com esse cenário, as bibliotecas públicas dos municípios da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas, para atenderem às necessidades de seus usuários deverão aplicar as dimensões de acessibilidade nessa ordem:

- *Dimensão arquitetônica:* é a eliminação das barreiras físicas, começando pela localização da biblioteca. A biblioteca deve estar situada em um ponto central da comunidade que seja de fácil acesso a toda população. Deve ter guias rebaixadas na calçada em frente à entrada, vagas de estacionamento próximo à biblioteca, caminhos em superfície acessível (piso antiderrapante) por todo o espaço físico dentro da biblioteca, amplos corredores, elevadores, quando for o caso, balcão rebaixado, portas largas e corrimões em todos os ambientes para facilitar a circulação de cadeiras de rodas e de pessoas que se locomovem com auxílio de bengalas, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, pelo menos 5% das mesas devem ser acessíveis e outros 10% adaptáveis para a acessibilidade. Além disso, é necessária a instalação de rodapés de 10 centímetros de altura para afastar a cadeira de rodas da parede e assim evitar arranhões e contusões nas mãos. Rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto, entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras também são adaptações que devem ser feitas, seguindo a NBR 9050 da ABNT.

Para as pessoas com deficiência visual é importante ter um piso estável, antideslizante e sem rugosidades diferentes no mesmo material, com faixas-guias táteis projetando uma rota desde a entrada até pontos de interesse no interior da biblioteca; portas com vão livre de no mínimo 0,80m de largura por 2,10m de altura; catracas ou cancelas acessíveis projetadas de acordo com a NBR 9050 da ABNT. Também é importante avaliar a iluminação e as cores, pois elas promovem o contraste entre o piso, as paredes e as portas e assim facilitam a percepção desses elementos arquitetônicos.

- *Dimensão comunicacional:* é importante excluir todas as barreiras que dificultam a comunicação no ambiente da biblioteca, a qual deve conter: placas de sinalização com os textos escritos em letras maiores para pessoas com baixa visão e em braile para as pessoas cegas; a recepção deve estar preparada para dar toda a informação necessária com atendimento pessoal prioritário ou através de murais informativos acessíveis impressos ou táteis; acervo em braile e em áudio; máquina de datilografia e impressora braile; os computadores devem possuir um scanner

acoplado, sistema de síntese de voz e *software* de ampliação de voz; equipamento para ampliação de textos para atendimento ao aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura; funcionários preparados para auxiliar os usuários cegos a encontrar livros e outros materiais nas estantes; a existência de um intérprete da língua de sinais (Libras) para surdos, pelo menos, quando necessário; oferecimento de ajuda e acatamento de recusa com naturalidade.

- *Dimensão metodológica*: é a substituição das formas convencionais que a biblioteca tem de oferecer seus serviços por outros sistemas que coloquem as pessoas com deficiência em situação de igualdade com as outras. Nas estantes, as etiquetas de localização de livros devem ser escritas com letras maiores e em braile e deve haver *software* de busca, reserva e renovação de livros acessíveis e outros materiais.

- *Dimensão instrumental*: é a adaptação de materiais e instrumentos que facilitam os usuários com deficiência nas atividades no ambiente da biblioteca. Ampliação de textos, livros em braile, pranchetas com aproximação para suporte da folha de leitura, recursos de informática como o sistema operacional DOSVOX, distribuído gratuitamente, que permite leitura e escrita para pessoas com deficiência; recursos do Windows nos ícones Painel de Controle/Propriedades da Acessibilidade permitem ajustes de mouse, teclado e som (PUPO, 2006).

- *Dimensão programática*: propõe-se a eliminar as barreiras embutidas nas legislações, políticas públicas, normas, etc. A biblioteca pública elimina essas barreiras quando da elaboração do regimento interno através de normas que garantam a exclusão de barreiras invisíveis que dificultam a participação plena de todos os usuários e garantam às pessoas com deficiência desfrutarem dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca. Por exemplo, a permissão para que cães-guia entrem com seus donos no recinto da biblioteca, uma vez que essa prerrogativa já é prevista em Lei.

- *Dimensão atitudinal*: é a eliminação das barreiras do preconceito e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação à pessoa com deficiência (Sasaki, 2009). A grande maioria das pessoas que não apresenta nenhum tipo de deficiência é resistente no convívio com as pessoas com deficiência. Cabe à biblioteca fazer um trabalho de conscientização dentro e fora de seu ambiente através de atividades que sensibilizem a população com o objetivo de eliminar o preconceito e estimular a convivência, respeitando a diversidade humana e evitando comportamentos discriminatórios. A biblioteca deve promover eventos abertos ao público em geral, tais como exposições artísticas, palestras, teatro, etc. Essas atividades vão proporcionar interação entre os dois segmentos da sociedade e ambos serão beneficiados. As pessoas com deficiência melhorarão sua autoestima e qualidade de vida, além de serem valorizadas perante suas famílias tendo suas potencialidades reconhecidas, enquanto a sociedade em geral terá a chance de conviver efetivamente com essa população. Isso criará uma mudança de paradigma de que as

peças com deficiência são incapazes e improdutivas. Essa convivência também contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, partindo do pressuposto de que todos são iguais e que todos merecem oportunidades, observando suas diferenças.

3.5 CONCLUSÃO

O presente trabalho demonstrou que a população com deficiência da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas, como em todo o território nacional, se encontra em grande desvantagem sobre a população que não apresenta deficiência. Essa desvantagem ocorre em todos os aspectos analisados. Apesar de ter havido uma grande evolução na legislação ao longo dos anos, na prática, ainda há muito o que ser feito. As ações estratégicas de acessibilidade propostas para as bibliotecas públicas dos municípios da microrregião funcionarão como mecanismos de promoção para a aplicação da lei. Da forma como foram apresentadas, os municípios maiores, com maior potencial econômico poderão adotá-las facilmente, já os menores talvez não consigam implantar as que demandem maiores recursos financeiros. Entretanto, pequenas adaptações no espaço da biblioteca poderão ser feitas, como a instalação de sinalizações adequadas, o uso de *software* gratuitos que são facilmente baixados da *internet*, a aquisição de livros em braile que são distribuídos gratuitamente e, principalmente, uma mudança de postura do funcionário no contato interpessoal ao atender essas pessoas, já trarão grandes benefícios a essa população que luta por ter legitimado seu espaço na sociedade. São pequenas mudanças que dependem mais do empenho e da conscientização das pessoas envolvidas na causa do que de grandes investimentos. Enfim, o presente trabalho, em momento algum teve a intenção de apresentar conclusões fechadas, ao contrário, a intenção era a abertura de um espaço para a discussão e análise do cenário social, visando propostas para melhorá-lo.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em:< http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 03 maio 2013.

BERNARDINO, Maria Cleide Ridrigues; SUAIDEN, Emir José. **Imagem da biblioteca pública na sociedade da informação**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42338/46009>>. Acesso em: 3 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 28 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em:< <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada/view?searchterm=conven%C3%A7%C3%A3o%20direitos>>. Acesso em: 11 maio 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em:< <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília: Centro de Informação e Documentação, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadora_deficiencia_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9>. Disponível em: 28 abr. 2013.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.153-168, jan./mar. 2012. Disponível em:< <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1277/994>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. Disponível em:< http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_08.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 215. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em : 30 abr. 2013.

JACINTO, Solange Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v.4, n.2, p. 89-104, jul./dez. 2008. Disponível em:< <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/92/146>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

PUPO, D.T., MELO, A.M., PÉRES-FERRÉS, S. (org.) **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Relatório mundial de deficiências**. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em:< http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.Pdf>. Acesso em 29 abr. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade segundo a inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano 15, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano 12, n. 87, mar./abr. 2009, p. 10-16.

_____. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em:< <http://www.visionvox.com.br/biblioteca/c/construindo-uma-sociedade-para-todos-livro-Sasaki.txt>>. Acesso em: 03 maio 2013.

SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento educacional especializado**: deficiência física. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf>. Disponível em: 23 abr. 2013.

4 ARTIGO 2

DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DE MINAS GERAIS

RESUMO

A prática da acessibilidade nos ambientes públicos é fator preponderante para garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A acessibilidade possibilita às pessoas com deficiência maior independência e autonomia para participar plenamente em todos os aspectos da vida em sociedade. Partindo desse pressuposto, a biblioteca pública, como agente de inclusão das pessoas com deficiência através do acesso à informação, deve estar atenta aos princípios de acessibilidade buscando ações que promovam esse acesso igualmente. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar as condições de acessibilidade das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais. Tal região é formada por 44 municípios cujo universo é composto por 50 bibliotecas públicas municipais. Para coleta dos dados, optou-se por utilizar a metodologia quanti-qualitativa. Para a parte quantitativa da pesquisa, foi utilizado um questionário do tipo *Checklist* e para a parte qualitativa, um roteiro de observação acompanhado de diário de campo. Como parâmetros de avaliação, levou-se em consideração as dimensões de acessibilidade arquitetônicas, comunicacionais, programáticas, instrumentais, metodológicas e atitudinais, a NBR9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação brasileira de acessibilidade vigente. Os principais resultados revelaram que, em geral, a acessibilidade nessas bibliotecas apresenta um quadro desfavorável, embora muitas ações já sejam realidade, principalmente as de cunho arquitetônico. E na tentativa de que essa situação se reverta, o presente estudo aponta para as possíveis falhas, como a falta de estreitamento de vínculo entre os gestores dessas bibliotecas e seus órgãos representativos, a ausência de participação em cursos de atualização e capacitação dos bibliotecários e até mesmo a falta de envolvimento destes com a causa das pessoas com deficiência. E, finalmente, a partir destes pressupostos, o presente estudo apresenta algumas ações que podem favorecer o processo de mudança no cenário atual.

Palavras-chave: Biblioteca pública – Inclusão social – Acessibilidade – Pessoa com deficiência

ABSTRACT

The practice of accessibility in public places is a major factor to guarantee the improvement of people's quality of life. Accessibility enables people with disabilities greater independence and autonomy to participate fully in all aspects of life in society. Based on this assumption, the Public Library, as inclusion of people with disabilities through the agents that work in those places, must be attentive to the principles of accessibility seeking actions that promote such access equally. In this context, the present study aims to investigate the conditions of accessibility of public libraries in the Greater West Region of Minas Gerais. This region consists of 44 municipalities whose universe is composed of 50 public libraries. For data collection, we chose to use the quantitative and qualitative methodologies. For the quantitative part of the study, a questionnaire was used, Checklist type and for the qualitative part, an observation script accompanied by field diary. As assessment parameters, we took into consideration the architectural accessibility dimensions, communication, program, instrumental, methodological and attitudinal - NBR9050 - the Brazilian Association of Technical Standards and the Brazilian legislation of accessibility. The main results revealed that, in general, accessibility in these libraries has an unfavorable framework, although many actions are already a reality, especially the architectural character. And in an attempt to reverse this situation, this study points to the possible failures, such as lack connection among managers of these libraries and their representative bodies, the lack of participation in continuing education courses and training of librarians and even the lack of involvement of these to the cause of people with disabilities. Finally, the present study has some actions that may favor the process of change in the current scenario.

Keywords: Public Library - Social inclusion - Accessibility - Person with disabilities

4.1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade é sabido que quem detém a informação, o conhecimento, detém o poder. Como ocorria nas civilizações antigas em que o poder era do líder místico, aquele que ouvia a voz de Deus e do escriba, aquele que redigia os livros sagrados, na modernidade, o Poder está com as nações que detêm a informação, o conhecimento, a técnica, o *know-how* (LEITÃO, 1981). A informação torna-se, portanto, insumo básico para a competitividade. De acordo com Tálamo (2004), é através do resultado da ação do sujeito sobre a informação que o conhecimento é produzido. Assim, surge a expressão “sociedade da informação”, que as ciências sociais procuram conceituar como sendo as transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como foco não mais os insumos baratos de energia como na sociedade industrial, mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos (WERTHEIN, 2000).

Nesse contexto, a biblioteca pública, “porta de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura, apoio essencial à formação contínua, e promotora da preservação dos valores democráticos universais” (IFLA, 1994) torna-se um dos principais atores para a promoção do desenvolvimento da sociedade da informação.

Historicamente, no Brasil, o acesso à informação sempre esteve atrelado ao poder aquisitivo. Esforços foram feitos pelos jesuítas para torná-la mais acessível, entretanto a educação e a cultura não eram prioridades das classes dominantes da época. Foi somente em 05 de fevereiro de 1811, através de um projeto enviado por iniciativa de um senhor de engenho chamado Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco ao governador da Capitania da Bahia, que surgiu a primeira biblioteca pública no Brasil. Ela foi inaugurada em 04 de agosto de 1811 no Colégio dos Jesuítas, e a intenção era de que essa biblioteca fosse gerida pela sociedade e mantida por sócios, mas em quatro anos ela foi à falência e a partir daí, a iniciativa de criação das bibliotecas públicas, sempre partiu do poder público (SUAIDEN, 2000).

Do período histórico aos dias de hoje, as bibliotecas públicas se popularizaram e avançaram por todo o território brasileiro e hoje elas estão presentes em 97% dos municípios brasileiros (IBGE, 2012). Ao longo do tempo, as bibliotecas públicas passaram por várias reformulações conceituais para se adequarem ao perfil da sociedade em evolução. A biblioteca evoluiu de função educativa e moralizante voltada para a classe trabalhadora, para a mais democrática instituição de caráter educacional e cultural capaz de inserir a comunidade na sociedade da informação (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2000).

A IFLA (1994), órgão da Organização das Nações Unidas - ONU, que regula as bibliotecas públicas, em seu manifesto, expressa a responsabilidade da biblioteca pública na promoção da

inclusão social ao declarar que dentre suas várias funções está a de oferecer serviços e materiais específicos a pessoas inaptas, que por alguma razão não podem usar os materiais regulares, como as pessoas com deficiência. As bibliotecas públicas por serem instituições de natureza democrática têm, por obrigação, estarem aptas a receber um público diversificado, incluindo as pessoas com deficiência. Elas devem proporcionar melhores meios de acesso aos locais, lançar mão de tecnologias assistivas que auxiliem a leitura, livros impressos em letras maiores ou em áudio e até mesmo atendimento em domicílio, caso haja necessidade.

A legislação brasileira que garante os direitos das pessoas com deficiência é ampla e moderna e sua aplicação avançou em muitos setores da sociedade, mas mesmo assim, ainda está longe de ser considerada um modelo de acessibilidade. A acessibilidade no Brasil começou a ganhar espaço efetivo na legislação brasileira, em 1994, quando foi publicada a Lei 10.098/94 que estabelecia as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994). Posteriormente, em 2004, foi publicado o Decreto 5.296/04 que veio para regulamentar as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00 com ênfase na promoção de acessibilidade (BRASIL, 2004). E em 2008, a Convenção da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, foi ratificada no Brasil e ganhou equivalência de emenda constitucional (BRASIL, 2009). A Convenção é, hoje, o documento mais completo sobre o tema, pois em sua elaboração, houve participação plena dos destinatários, ganhando assim, forte adesão por parte dos países membros. No documento, foi adotado o conceito de deficiência da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF e afirma que o conceito de deficiência “é um conceito em evolução, resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008). A partir desse novo conceito de deficiência, a acessibilidade ganha evidência e torna-se fundamental, pois somente através de ações baseadas em seus preceitos é que as pessoas com deficiência terão seus direitos de cidadãos garantidos e poderão levar suas vidas com maior liberdade e dignidade. Sendo assim, a acessibilidade ganha um conceito mais abrangente que envolve, segundo Brasil (2009):

um conjunto de medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

Levando-se em conta que a inclusão social é o processo de adequação dos sistemas sociais, considerando toda a diversidade humana, ela somente será possível através de ações de acessibilidade. Com esse intuito, Sassaki (2009) elaborou uma estrutura didática formada por seis

dimensões de acessibilidade, a saber: acessibilidade arquitetônica (sem barreiras físicas), acessibilidade comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas), acessibilidade metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.), acessibilidade instrumental (sem barreiras nas ferramentas, utensílios, etc.), acessibilidade programática (sem barreiras nas políticas públicas, legislações, normas, etc.) e acessibilidade atitudinal (sem preconceitos, discriminações, etc.). Tal estrutura pode ser aplicada em qualquer sistema da sociedade, inclusive em bibliotecas.

Embora as estatísticas mostrem a presença das bibliotecas públicas em 97% dos municípios brasileiros (IBGE, 2013), dados de pesquisa também mostram que somente 10% das bibliotecas públicas estão preparadas para receberem o público que apresenta algum tipo de deficiência (FGV, 2010). Nesse contexto, torna-se relevante conhecer a atual situação de acessibilidade oferecida pelas bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais, considerando seu importante papel no processo de inclusão das pessoas com deficiência, bem como na formação e desenvolvimento da comunidade. Tal região é formada por 44 municípios divididos em cinco microrregiões (Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Oliveira e Piumhi) e ocupa uma área de 24.038 km² (IBGE, 2012). No último censo sua população total era de 955.030 habitantes, sendo que desse total, 215.086 declararam algum tipo de deficiência. Isso representa 22,5% da população total da região (IBGE, 2010), uma significativa parcela que depende de uma sociedade mais inclusiva capaz de oferecer meios que promovam o desenvolvimento dessas pessoas nos mais variados campos e façam com que se sintam integradas a uma vida o mais normal possível.

Assim, o presente trabalho pretende abordar a participação das bibliotecas públicas municipais da Mesorregião Oeste de Minas Gerais na inclusão das pessoas com deficiência, buscando conhecer as condições de acessibilidade oferecidas por elas a partir da legislação brasileira e das dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009).

4.2 OBJETIVOS

4.2.1 Objetivo Geral

Identificar as condições de acessibilidade das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas considerando-se as barreiras arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal que dificultam ou até mesmo impedem as pessoas com deficiência de utilizarem esses ambientes.

4.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais barreiras no acesso às bibliotecas públicas dos municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais;
- Identificar as principais ações de acessibilidade adotadas nas bibliotecas públicas dos municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais;
- Utilizar os resultados do diagnóstico para embasar a elaboração de propostas de acessibilidade nas bibliotecas públicas dos municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais.

4.3 METODOLOGIA

4.3.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo exploratório usando a metodologia quanti-qualitativa para identificar a acessibilidade nas bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais.

4.3.1.1 Estudo 1 - Metodologia Quantitativa

O universo da pesquisa são as bibliotecas públicas dos municípios que formam a Mesorregião Oeste de Minas Gerais. Tal região é formada por 44 municípios distribuídos em cinco microrregiões que têm como cidades-polo os municípios de Divinópolis, Formiga, Campo Belo, Oliveira e Piumhi.

As cinco microrregiões que compõem a Mesorregião Oeste de Minas são:

- Microrregião de Campo Belo que corresponde aos municípios de: Aguanil, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Cristais, Perdões e Santana do Jacaré.
- Microrregião de Divinópolis formada pelos municípios de: Carmo do Cajuru, Cláudio, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Itaúna, Nova Serrana, Perdígão, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste.
- Microrregião de Formiga formada pelos municípios de: Arcos, Camacho, Córrego Fundo, Formiga, Itapeçerica, Pains, Pedra do Indaiá, Pimenta.

- Microrregião de Oliveira formada pelos municípios de Bom Sucesso, Carmo da Mata, Carmópolis de Minas, Ibituruna, Oliveira, Passa Tempo, Piracema, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula.

- Microrregião de Piumhi formada pelos municípios de: Bambuí, Córrego Danta, Doresópolis, Iguatama, Medeiros, Piumhi, São Roque de Minas, Tapiraí, Vargem Bonita.

No universo de 44 municípios, somam-se 50 bibliotecas públicas, ressaltando-se que cada município possui uma biblioteca pública, com exceção de Campo Belo (cinco bibliotecas públicas) e Formiga (três bibliotecas públicas), conforme quadro 1.

Para a realização do estudo 1, foi elaborado um instrumento de coleta de dados em forma de questionário com 69 questões fechadas tomando como base o formulário de avaliação de acessibilidade em bibliotecas desenvolvido por Nicoletti (2010), as dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009) e a NBR 9050/ABNT, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Foi adicionada uma última questão aberta ao questionário para que o respondente pudesse fazer alguma observação caso achasse necessário (Apêndice A).

Os respondentes do questionário foram os bibliotecários ou gestores das bibliotecas públicas dos 44 municípios que compõem a Mesorregião Oeste de Minas Gerais.

QUADRO 1

Demonstrativo das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas e seus respectivos Municípios

(Continua)

Cidade	Biblioteca
Aguanil	Ana Esmerinda de São José
Campo Belo	José Miserani de Carvalho Centro de Artes e Esportes Unificados Joaquim Alves Moreira Zita Duque Aparecida Maria Teixeira
Candeias	Maria Salete Lopes Riani
Cristais	José Pinheiro de Souza
Perdões	Francisca Andrade Pereira
Santana do Jacaré	Professor Divino Abel Batista
Carmo do Cajuru	José Donisete Ribeiro de Souza
Cláudio	Clarimundo Agapito Paes
Conceição do Pará	Frei Anselmo Baltissem
Divinópolis	Ataliba Lago
Igaratinga	Emílio Garrastazu Médici
Nova Serrana	Aurélio Camilo
São Gonçalo do Pará	Padre José de Queiroz

QUADRO 1

Demonstrativo das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas e seus respectivos Municípios
(Conclusão)

Cidade	Biblioteca
Arcos	Jarbas Ferreira Pires
Camacho	Nelson Fernandes Friaça
Córrego Fundo	Maria José Arantes
Formiga	Dr. Sócrates Bezerra de Menezes
	Donatelli Gandra Fonseca
	Osório Garcia
Pains	Professora Maria Macha do Goulart
Pimenta	Professora Doracy Lourenço da Costa Lopes
Carmópolis de Minas	Antenor de Castro
Ibituruna	Visconde de Ibituruna
Oliveira	José do Nascimento Teixeira
Passa Tempo	Hélia Rosita de Oliveira Nunes
São Francisco de Paula	José Amélio Moreira
Bambuí	João Apolinário de Oliveira
Córrego Danta	Professora Miná Machado
Doresópolis	Guiomar Luiza da Costa
Iguatama	Dr. José Antônio de Paula Carvalho
Medeiros	Carlos Drummond de Andrade
Piumhi	Maria Serafina de Freitas
Tapiraí	Padre Mário Gerlim
Cana Verde	Professora Maria Bastos Cardoso
Itapecerica	Lamounier Godofredo
Piracema	Hélio Antônio de Oliveira Treula
Carmo da Mata	Silveira Neto
São Roque de Minas	Augusto de Lima
São Sebastião do Oeste	Machado de Assis
Itaúna	Engenheiro Osmário Soares Nogueira
Perdigão	de Perdigão
Santo Antônio do Monte	Bueno de Rivera
Pedra do Indaiá	Dalva Bernardes
Bom Sucesso	Major Venâncio Gonçalves Castanheira
Santo Antônio do Amparo	Dr. Alberto Cambraia Neto
Vargem Bonita	Maurício de Oliveira

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, 2014.

Num primeiro momento, os endereços das bibliotecas e o nome de seus respectivos responsáveis foram obtidos através do site da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais que mantém um cadastro *online* de todas as bibliotecas públicas do estado. Em face do grande número de municípios a serem visitados e da distância geográfica entre eles optou-se pelo contato via telefone. No contato telefônico com os bibliotecários destes locais houve um esclarecimento prévio

sobre a pesquisa, seus objetivos e a importância da participação de todos para a execução do estudo. Através desse contato foi possível confirmar os endereços e obter os e-mails das bibliotecas públicas. Em seguida os questionários foram enviados utilizando-se o aplicativo *Google Docs* e em três casos (Itaúna, Camacho e Itapeçerica), os questionários foram enviados via correios tendo em vista que os respondentes destes municípios não têm o hábito de utilizar o correio eletrônico.

Para o preenchimento do questionário, os respondentes deveriam assinalar uma das quatro opções de resposta: sim, quando de acordo com a normatização vigente; parcialmente, quando apenas parte da normatização foi cumprida; não, quando adaptações e modificações não estão presentes e não se aplica, quando a biblioteca não apresenta a necessidade de adaptação ou modificação para tornar-se acessível.

4.3.1.1.2 Análise dos dados

A partir dos dados coletados com a aplicação dos questionários, os dados foram analisados através de medidas de frequência e porcentagem utilizando-se o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.0.

4.3.1.2 Estudo 2 - Metodologia Qualitativa

Devido a inviabilidade geográfica de visita às 44 cidades da mesorregião, o estudo 2 foi realizado nas bibliotecas públicas das cidades-polo das cinco microrregiões que compõem a Mesorregião Oeste de Minas Gerais, a saber: Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Oliveira e Piumhi.

Foi realizada pesquisa de campo onde o pesquisador teve a oportunidade de, através do método de observação, entrar em contato com o universo da pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2010) esse método permite ao pesquisador tomar contato com a realidade a ser estudada sem integrar-se a ela.

Para o registro dos critérios de acessibilidade nas bibliotecas, foram utilizados três instrumentos: um roteiro de observação (Apêndice B), instrumento de medição (trena) e um diário

de campo utilizado pelo pesquisador. O roteiro possibilitou o mapeamento das condições de acessibilidade nos aspectos arquitetônicos e comunicacional dos espaços internos e externos. A trena foi utilizada para conferência das medidas arquitetônicas sobre os locais pesquisados (tamanho, altura, profundidade) comparadas com a ABNT 9050. O diário de campo possibilitou a anotação de dados adicionais relativos às dimensões de acessibilidade metodológica, instrumental e atitudinal, através de conversas informais para interpretação dos dados.

Na visita de observação, foram avaliados os espaços externo e interno das bibliotecas públicas. Como espaço externo considerou-se o entorno, o estacionamento e a entrada principal da biblioteca. Para o espaço interno foram considerados: a recepção, sanitários, salas de pesquisa, leitura e estudo, rampas, escadas e corrimões, pisos; os balcões, cadeiras, mesas e estantes. Avaliaram-se também as sinalizações, observando-se a comunicação de um ambiente para o outro e a indicação de rotas de localização dentro da biblioteca.

Para as avaliações utilizou-se como parâmetro a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, documento que estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados tanto nos projetos, construção e instalação quanto nas edificações, mobiliários, espaços e equipamento urbanos, com o objetivo de garantir condições de acessibilidade.

O instrumento de avaliação do estudo qualitativo foi construído a partir do *Checklist* para bibliotecas de Nicoletti (2010), que por sua vez tomou por base as seis dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009).

4.4 RESULTADOS

Das 50 bibliotecas públicas da mesorregião Oeste de Minas Gerais, 44 participaram da pesquisa, o que representa uma participação de 88% das bibliotecas. Seis cidades (Biblioteca Pública Municipal de Perdígão, Biblioteca Pública Municipal Bueno de Rivera de Santo Antônio do Monte, Biblioteca Pública Municipal Pedra do Indaiá, Bom Sucesso, Santo Antônio do Amparo, Vargem Bonita), ou seja, 12% das bibliotecas não participaram do estudo porque seus bibliotecários não se dispuseram a responder voluntariamente os questionários embora tenham sido feitas várias solicitações para a participação destes.

Do universo pesquisado verificou-se que, das 44 bibliotecas participantes, 26 (59%) têm como gestores bibliotecários e 18 (41%) possuem servidores públicos municipais remanejados, sem formação específica na área de biblioteconomia.

4.4.1 Dados quantitativos

Os dados referentes às respostas das questões do *checklist* estão apresentados nas tabelas de um a oito, e foram divididos em informações sobre o usuário da biblioteca, infraestrutura da cidade e nas seis dimensões de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal).

TABELA 1
Respostas das questões relativas ao usuário

	SIM%	NÃO%	PARCIALMENTE%	NÃO SE APLICA%
Interesse do usuário com deficiência pelos serviços da biblioteca	18,2	27,3	50	4,5

TABELA 2
Respostas das questões relativas à infraestrutura da cidade

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Vaga acessível	59,1	34,1	4,5	2,3
Vaga sinalizada	9,1	59,1	0	29,5
Percurso da vaga livre de obstáculos	54,5	20,5	0	25,0
Meio fio rebaixado	45,5	40,9	2,3	11,4
Transporte coletivo acessível	18,2	54,5	2,3	25

TABELA 3
Respostas das questões relativas dimensão de acessibilidade arquitetônica

(Continua)

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Calçada conservada	70,5	6,8	11,4	0
Calçadas rebaixadas sinalizadas	20,5	56,8	18,2	4,5
Vagas de estacionamento exclusivas	9,1	70,5	6,8	13,6
Entrada alternativa	29,5	38,6	4,5	27,3
Corrimãos nas escadas	13,6	54,5	31,8	0
Banheiros adaptados	13,6	75,0	11,4	0
Bebedouro acessível	27,3	63,6	2,3	6,8

TABELA 3
Respostas das questões relativas dimensão de acessibilidade arquitetônica

(Conclusão)

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Porta de entrada acessível	75,0	15,9	6,8	2,3
Telefone altura acessível	6,8	86,4	0	6,8
Porta entrada de vidro com faixa	6,8	50,0	2,3	40,9
Catraca com rotação acessível	2,3	20,5	0	77,3
Guarda-volumes acessível	25,0	52,3	2,3	20,5
Balcão altura acessível	50,0	34,1	6,8	9,1
Piso antiderrapante	15,9	63,6	13,6	6,8
Tapetes embutidos e nivelados	0	31,8	2,3	65,9
Disposição dos mobiliários Acessível	50,0	20,5	25,0	4,5
Distância entre as estantes acessível	65,9	22,7	6,8	4,5
Estantes com altura confortável	25,0	43,2	31,8	0
Mesas com aproximação frontal	56,8	25,0	18,2	0
Distancia entre mesas permite circulação	50,0	25,0	22,7	2,3
Mesas acessíveis e confortáveis	63,6	22,7	13,6	0
5% mesas acessíveis	54,5	34,1	9,1	2,3
Biblioteca com rota acessível	54,5	34,1	9,1	2,3

TABELA 4
Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade comunicacional

(Continua)

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Faixa de pedestre e sinalização na entrada	0	90,9	4,5	4,5
Entradas acessíveis sinalizadas	6,8	81,8	6,8	4,5
Recepção sinalizada	2,3	65,9	13,6	18,2
Sinalização direcional visível	27,3	54,5	9,1	9,1

TABELA 4
Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade comunicacional

(Conclusão)

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Sinalização tátil no início dos corrimãos	0	81,8	0	18,2
Sinalização tátil na entrada a outros cômodos	0	79,5	0	20,5
Sinalizações direcionais nos pisos	0	84,1	2,3	13,6
Símbolo internacional de informação serviço atendimento	2,3	79,5	4,5	13,6
Voice nos elevadores	0	18,2	2,3	79,5
Intérprete da linguagem libras	4,5	79,5	6,8	9,1
Profissional para orientar pessoas cegas	15,9	70,5	4,5	9,1
Rotas de fuga com sinalizações sonoras, táteis e visuais	2,3	63,6	4,5	29,5
Banheiros acessíveis sinalizados	6,8	31,8	9,1	52,3
Sinalização internacional de acesso	9,1	52,3	4,5	34,1

TABELA 5
Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade instrumental

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Equipamento de ampliação para pessoas com visão subnormal	2,3	88,6	4,5	4,5
Scanners	4,5	90,9	0	4,5
Computadores suficientes com tecnologias assistivas	0	88,6	9,1	2,3
Impressora braile	0	97,7	0	2,3
Caneta ponta porosa e lápis 6b	4,5	93,2	2,3	0

TABELA 6
Respostas das questões relativas a dimensão de acessibilidade metodológica

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Serviço de referência e informação acessíveis	25,0	45,5	20,5	9,1
Orientação aos usuários no uso dos serviços são acessíveis	20,5	52,3	15,9	11,4
Contação de histórias são acessíveis	22,7	43,2	18,2	15,9
Capacitação do usuário com deficiência/tecnologias assistivas	9,1	45,5	11,4	34,1

TABELA 7
Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade programática

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Regulamento com questões de acessibilidade	9,1	56,8	13,6	20,5
Regulamento flexível para a acessibilidade	40,9	22,7	9,1	27,3
Políticas de aquisição de coleções prevê aquisição de material alternativo	34,1	29,5	29,5	6,8
Contato com autores/editoras obtenção material alternativo	29,5	45,5	13,6	11,4
Ações culturais preveem a acessibilidade	47,7	18,2	22,7	11,4

TABELA 8
Respostas das questões relativas à dimensão de acessibilidade atitudinal

	SIM %	NÃO %	PARCIALMENTE %	NÃO SE APLICA %
Atualização do bibliotecário sobre acessibilidade	40,9	22,7	27,3	9,1
Bibliotecário conhece legislação de acessibilidade	27,3	27,3	40,9	4,5
Bibliotecário conhece as tecnologias assistivas	31,8	36,4	25,0	4,5
Bibliotecário mantém contato com organizações não-governamentais sobre acessibilidade	11,4	43,2	31,8	11,4
Investimento na conscientização da inclusão das pessoas com deficiência	36,4	31,8	25,0	4,5
Investimento na capacitação dos funcionários	15,9	50,0	22,7	9,1
Funcionário que saiba ler e escrever braile	0	90,9	2,3	4,5
Existência registro pessoas com deficiência	15,9	59,1	15,9	9,1
Parceria com outros setores para projetos de inclusão das pessoas com deficiência	11,4	56,8	18,2	13,6
Biblioteca atenta às oportunidades do governo para apoio a projetos específicos	27,3	43,2	20,5	9,1

4.4.2 Dados qualitativos

Ao final do questionário, foi sugerido aos respondentes que, caso quisessem, poderiam fazer observações, as quais foram transcritas abaixo, preservando-se a identidade de cada respondente. A seguir, foram transcritas as principais observações apresentadas pelos respondentes:

1 - “[...]A Biblioteca Municipal [...] como sede independente fisicamente das escolas municipais, existe a pouco tempo. O espaço destinado à mesma pela prefeitura é provisório, e eu, pessoalmente, fui convocada para tomar posse do meu cargo a menos de dois meses. Tais fatos foram importantes nas decisões que tomei ao responder o questionário de forma fidedigna, mas saliento que tanto eu como todas as pessoas responsáveis na prefeitura pela Biblioteca estamos empenhados para que sejam feitas o mais breve possível todas as melhorias necessárias, tanto no que se refere ao espaço físico em si, quanto ao atendimento interpessoal prestado por mim, não só visando à inclusão de pessoas com necessidades especiais, mas a toda população do Município de [...] e região.”

2 - “A falta de acessibilidade da Biblioteca Pública de [...] implica na falta de uma sede própria, uma vez que a mesma funciona em logradouro alugado, mas tramita o projeto de uma sede para a Biblioteca com acessibilidade necessária.”

3 - “A Biblioteca [...] está temporariamente desativada exatamente por terem sido constatados vários problemas de todos os tipos, como, falta de espaço, mobiliário inadequado, acessibilidade, luminosidade, inclusive excesso de mofo, nossa biblioteca como várias outras são verdadeiros depósitos de livros, sem a menor atenção das autoridades responsáveis.”

4 - “[...] é um Município bem pequenininho com aproximadamente seis mil habitantes, e não dispõe de usuários com necessidades especiais, estes por sua vez frequentam a APAE que é uma Escola muito qualificada para atendê-los dentro de suas limitações inclusive possui biblioteca altamente adaptada para a necessidade de cada um, portanto aqui na Pública realmente não é frequentado por pessoas portadores de necessidades, o que não significa que não os recebamos, estamos sempre abertos à Inclusão, com certeza, mas não dispomos de material porque são enviados à APAE.”

5 - “A Biblioteca Pública Municipal [...] funciona no prédio da Escola Municipal [...], por isso o público alvo da biblioteca é somente os alunos da educação infantil e ensino fundamental 1º ao 5º ano não tendo muita procura pelo restante da população.”

6 - “Respondendo seu questionário pude notar como estamos alheios ao assunto. Duro ver que nos escondemos atrás do poder público para então dizer que não é feito nada. Sou uma das que

mais reclama que não nos oferecem condições de trabalho adequado. Onde fica minha iniciativa e disposição para superar tais condições?”

7 - “A biblioteca em que trabalho falta muitos recursos tecnológicos, material em braile, e não tem livros destinados aos deficientes. Ela vive de doações e a prefeitura não tem condições de comprar todo acervo que precisa. A biblioteca não recebe deficientes pois a cidade é muito pequena e se tiver deficientes eles acessam da escola. Mas a secretaria de educação procura cursos para aperfeiçoamentos aos profissionais, verbas para aprimorar e melhorar a biblioteca.”

8 - “A Secretaria de Educação já está realizando um projeto para reforma e acessibilidade na Biblioteca Municipal, visando à preservação e justamente os pontos abordados nesse questionário. Como ainda não temos espaço, encaminhamos os livros e materiais para portadores de necessidades especiais para as escolas municipais da região que trabalham com alunos que possam usá-los, onde todos são aproveitados. O projeto foi iniciado no começo desse ano e está em andamento, em parceria com um grupo que trabalha com Bens Tombados.”

9 - “A Biblioteca, funciona no prédio da Prefeitura, mas não tem muito a oferecer aos usuários pelo fato de não ser uma biblioteca que está sempre se atualizando, não recebe livros há bastante tempo e não tem muito a oferecer a leitores e nem espaço adequados e suficientes e, na verdade, está precisando urgente de ser atualizada, não tem assistência em hipótese alguma de lado nenhum, se alguém tiver livros disponíveis para doar são bem vindos. Leitura muito procurada é romance, leitura infanto-juvenil, juvenil e também assuntos gerais. O espaço destinado à biblioteca municipal desde muitos anos é improvisado, sendo que, a biblioteca municipal e a biblioteca escolar da Escola Municipal [...] ocupam o mesmo espaço, com entrada para a comunidade e entrada para alunos desta escola. A biblioteca municipal fica sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura, porém, a secretaria de Educação que gerencia o atendimento, bem como os funcionários. Não temos bibliotecário (embora haja na cidade pessoa habilitada para o cargo), temos três funcionários da educação em readaptação profissional que fazem o atendimento. A cidade tem aproximadamente 8.000 habitantes, raros casos de pessoas/alunos com deficiência. Não temos nenhum cego, porém temos dois de baixa visão, apenas dois sem audição e um de baixa audição. Não temos nenhum aluno cadeirante ou outro que frequente a biblioteca. Temos pouquíssimos casos de deficientes físicos que utilizam muletas. Recebemos muitos materiais da fundação Dorina Nowill para cegos, tais como, lupas e livros em braile. Recebemos recentemente alguns exemplares de edições de literatura em fonte ampliada.”

10 - “A Biblioteca ainda não tem usuário que apresenta alguma necessidade de acessibilidade, por isso não foi preciso buscar alternativas para a prática deste atendimento. Creio que à medida que as necessidades aparecerem, iremos providenciar.”

11 - “Em todas as administrações nós bibliotecários (somos 6) lutamos para que a prefeitura coloque em seu orçamento uma verba para capacitação e atualização dos bibliotecários mas nunca tivemos êxito. Temos um material (audiolivros) que foi comprado com verbas da BN, mas ainda não foi disponibilizado para o usuário. Havia um acervo de livros em braile aqui na biblioteca mas como não dispúnhamos de espaço encaminhamos ele para a ADEFOM (Associação de Deficientes Físicos do Oeste de Minas).”

12 - “A Biblioteca Pública Municipal [...] é uma divisão da Secretaria da Educação, e esta última é subordinada à administração municipal; assim qualquer ação deverá obedecer a esta hierarquia. Com o afastamento da sede da biblioteca para local distante das escolas e do centro comercial,

e, sobretudo o envolvimento das crianças e jovens com a informatização resultou no declínio do número de leitores no geral. Ao longo dos anos não há procura por parte de leitores portadores de deficiência pela biblioteca, mas havendo propostas da administração para adequação da biblioteca no sentido de proporcionar a acessibilidade acredita-se que este quadro poderá ser modificado.”

13 - “Estamos funcionando em local provisório. Nossa nova sede esta sendo preparada para receber pessoas com deficiências. Nossa biblioteca é pequena e não temos usuários deficientes.”

Os dados, a seguir, foram coletados nas 11 bibliotecas públicas das cinco cidades polo da mesorregião Oeste de Minas Gerais: Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Oliveira e Piumhi, entre os dias 13 e 24 de setembro de 2014, conforme quadro 2. Utilizou-se para a coleta de dados o diário de campo e o roteiro de observação em que as ações de acessibilidade foram avaliadas observando-se a estrutura das dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009).

Nesse trabalho optou-se por não relacionar as cidades e suas bibliotecas aos dados coletados. Elas serão identificadas pela sigla B e um número de ordem.

QUADRO 2
Bibliotecas das cidades polo da Mesorregião Oeste de Minas Gerais visitadas

Cidade	Biblioteca Pública Municipal
Campo Belo	José Miserani de Carvalho Centro de Artes e Esportes Unificados Joaquim Alves Moreira Zita Duque Aparecida Maria Teixeira
Divinópolis	Ataliba Lago
Formiga	Dr. Sócrates Bezerra de Menezes Donatelli Gandra Fonseca Osório Garcia
Oliveira	José do Nascimento Teixeira
Piumhi	Maria Serafina de Freitas

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, 2014.

Dimensão de Acessibilidade Arquitetônica

No que se refere às vagas de estacionamento e calçadas observou-se que as bibliotecas das cidades polo não obedecem à lei 10098/00 e à ABNT/NBR 9050, que prevê a existência de vagas destinadas às pessoas com deficiência próximas à circulação de pedestres devidamente sinalizadas. Já nas calçadas, não foi constatada a existência de rebaixamento no meio-fio que dá acesso à entrada da biblioteca, com exceção das bibliotecas B1, B2, B3, B8 e B9. As bibliotecas não são atendidas com linhas de transporte urbano coletivo adaptado que proporcionem o acesso da pessoa com deficiência, com exceção das bibliotecas B2 e B6.



Figura 1 – Faixa de pedestre e rebaixamento de calçada em frente às Bibliotecas Públicas:
a e b) Maria de Freitas de Piumhi, MG.
c) Ataliba Lago de Divinópolis, MG.

Constatou-se que, as entradas das bibliotecas B1, B2, B3, B4, B8 e B9 são acessíveis e apresentam rampas com inclinação confortável que permitem o acesso de pessoas que fazem uso de instrumentos auxiliares de mobilidade. As bibliotecas B5 e B6 possuem entrada acessível ao andar térreo sendo que na segunda o acesso pode ser feito também por escada ou rampa. Entretanto, o acesso ao primeiro andar da B5, que se dá exclusivamente por rampa e da B6, por escadaria e rampa em ambas a inclinação destas é superior à prevista na NBR 9050 o que não favorece a autonomia da pessoa que usa cadeira de rodas. Na biblioteca B7 a entrada se dá, exclusivamente, através de escadaria, descartando totalmente a possibilidade de acesso das pessoas que usam cadeira de rodas, a não ser que estas sejam carregadas ou auxiliadas para acessar a biblioteca. As bibliotecas B10 e B11 apresentam degrau na porta de entrada que dificulta o acesso de pessoas que fazem uso de dispositivos auxiliares de locomoção. Em todas as rampas, foram detectados corrimãos conforme prevê a norma. Quanto às portas de entrada, em todas as bibliotecas das cidades polo estas apresentaram dimensões suficientes que proporcionam o acesso de pessoas com cadeira de rodas.

Verificou-se que os sanitários das bibliotecas em questão não são adaptados, com exceção da biblioteca B5 que mantém um banheiro adaptado no andar térreo, que serve aos funcionários e aos usuários. Tal situação é incômoda para os funcionários com deficiência que trabalham no primeiro andar, tendo em vista a dificuldade em se descolarem até ele. As bibliotecas B2, B3 e B4, também apresentam sanitários adaptados. Bebedouros acessíveis que permitem a aproximação de pessoas com estatura mais baixa e com cadeiras de rodas foram encontrados somente nas bibliotecas B1 e B8. As bibliotecas que possuem telefones públicos não obedecem à altura máxima de 0,73cm do piso, com exceção da biblioteca de B5. Quanto ao uso de catraca, somente a biblioteca B5 utiliza o sistema de catraca e mesmo assim não obedece às medidas previstas na norma. Detectou-se a presença de piso antiderrapante somente na biblioteca B5 que faz uso deste emborrachado na entrada e na rampa de acesso principal da biblioteca. A maioria das bibliotecas utilizam armários guarda-volumes acessíveis, menos as bibliotecas B7, B8, B10 e B11. Todas apresentam balcão de atendimento adaptado que permite o contato visual entre o usuário e o bibliotecário com exceção da B6 cujo balcão da seção de empréstimo não respeita a altura máxima prevista na norma. No geral, as dimensões internas e disposição do mobiliário permitem parcialmente a mobilidade de todas as pessoas que fazem uso de instrumentos auxiliares de mobilidade, excetuando-se a biblioteca B7, biblioteca esta que se encontra em estado mais crítico. Entre as estantes de livros é obedecida uma distância mínima de 0,90m entre elas, menos nas bibliotecas B7 e B8 onde a disposição das estantes apresenta-se mais condensada tendo em vista a falta de espaço para uma acomodação mais eficiente. Constatou-se também que em nenhuma das bibliotecas foi observada a altura máxima permitida para a acomodação do acervo de forma que permita à pessoa com cadeira de rodas, alcançar os livros que ficam na parte mais alta das estantes sem o auxílio de um funcionário. A disposição das mesas nas bibliotecas das cidades polo permite a aproximação de usuários com cadeira de rodas. Já quanto à reserva de uma faixa livre de circulação de 0,90m para manobra de cadeira de rodas foi constatada em quase todas as bibliotecas, menos nas bibliotecas B7 e B8. As mesas possuem altura e posição acessíveis e confortáveis e em quase todas as bibliotecas são reservadas 5% das mesas ou superfícies de estudo ou leitura acessíveis para as pessoas com deficiência. Constatou-se de modo geral que não existe uma rota acessível nas bibliotecas que interligam o acesso do usuário a todas as áreas e setores desde a entrada principal.

Dimensão de Acessibilidade Comunicacional:

Apesar da relevância desta dimensão para o processo de acessibilidade, as bibliotecas avaliadas encontram-se, praticamente, desprovidas dela. Observou-se algumas ações pontuais que, na realidade, não promovem autonomia à pessoa com deficiência. Próximo à entrada das bibliotecas percebe-se que não há faixa de pedestre a não ser nas bibliotecas B5 e B8 e mesmo assim, não possuem sinalização sonora, limitando-se à sinalização visual. As portas de entrada das bibliotecas, com exceção da biblioteca B8, são de vidro e não apresentam faixa ao longo de sua largura. Vários itens importantes sobre sinalização de biblioteca foram abordados no instrumento de coleta de dados, como: sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis, painéis informativos impressos e táteis que indiquem claramente a área de recepção e atendimento; sinalização tátil em braile e em relevo na lateral interna dos corrimãos das escadas e rampas e nas placas sinalizadoras ao alcance do tato localizadas nas portas, entradas a novos cômodos ou salas; o símbolo nacional de acesso para identificar o serviço de atendimento ao usuário, conforme NBR 9050/04. Entretanto, poucos desses itens foram detectados nas bibliotecas avaliadas. Sinalizações táteis e direcionais delineando toda a trajetória da calçada até a porta de entrada da biblioteca e sinalizações que dão prioridade de uso por pessoas com deficiência nos sanitários acessíveis foram detectadas somente na biblioteca B2.



Figura 2 – Sinalizações táteis e direcionais delineando a calçada até a porta de entrada da Biblioteca Pública do Centro de Educação e Artes Unificado (CEU) – Campo Belo, MG.

Dimensão de Acessibilidade Metodológica e Instrumental:

Constatou-se a existência de acervo braile e audiolivros disponíveis ao usuário na biblioteca B2. Já na biblioteca B5, uma bibliotecária relatou que os livros braile que faziam parte do acervo da biblioteca foram doados para a Associação dos Deficientes Físicos do Oeste de Minas (ADEFOM),

pois a biblioteca não dispõe de espaço que comporte esse tipo de material. Foi relatado também, pela mesma bibliotecária, que audiolivros foram comprados com verba da Biblioteca Nacional e em breve serão disponibilizados ao público.



Figura 3 – Livros em áudio e braille – Biblioteca Pública CEU – Campo Belo, MG.

Dimensão de Acessibilidade Programática:

Constatou-se que a biblioteca B7 atualmente funciona em sede provisória localizada em um prédio comercial cujas dimensões não comportam adequadamente o fluxo de usuários, o acervo, o mobiliário e os equipamentos próprios de uma biblioteca. Entretanto, a construção da sede definitiva já está em fase final e já foi vistoriada pelo corpo de bombeiros cujo projeto vislumbra todas as normas de acessibilidade previstas em lei de acordo com declarações da coordenadora da biblioteca.



Figura 4 – Fachada da futura sede da Biblioteca Pública Municipal José do Nascimento Teixeira – Oliveira, MG.

Constatou-se também, algumas tentativas de adaptações arquitetônicas e no mobiliário da biblioteca B1 para torná-la acessível às pessoas com deficiência, porém o prédio constitui-se de

uma construção antiga cuja estrutura não comporta grandes mudanças. Foi relatado pela bibliotecária que além desses inconvenientes, o espaço da biblioteca tornou-se limitado tendo em vista o crescente número do acervo e o fluxo de usuários. Para contornar tais problemas, a prefeitura achou mais viável construir uma nova sede cujo projeto arquitetônico já foi divulgado em seu site e contempla todos os aspectos de acessibilidade segundo declarações da coordenadora da biblioteca.

Constatou-se que a biblioteca B8 recentemente perdeu sua sede para a polícia militar e por isso teve que desfazer de parte de seu acervo e mobiliário já que o espaço hoje ocupado resume-se a uma pequena sala na secretaria de saúde. É visível o descontentamento dos funcionários com essa situação. A bibliotecária fez um breve relato histórico sobre a construção da sede que ora acolhe a polícia militar. Preserva em álbum documentos históricos como a lei municipal que deu origem à biblioteca, o passo a passo da construção em fotos e relíquias da professora que batizou a biblioteca com seu nome, uma forma que a comunidade da cidade encontrou de homenageá-la em reconhecimento ao seu expressivo apoio à construção da biblioteca e pela criação de um sistema didático de alfabetização infantil em forma de livrinhos seriados, reconhecido e premiado na França.

Constatou-se na biblioteca B10 que há pessoas com deficiência visual e motora na comunidade e, como a biblioteca não oferece acessibilidade, seus familiares realizam o empréstimo para essas pessoas. A bibliotecária tem consciência desta falha programática da biblioteca, entretanto nada ainda foi feito em favor desse público.

Dimensão de Acessibilidade Atitudinal:

Todas as dimensões têm a sua importância, mas a dimensão atitudinal destaca-se porque é através dela que as demais serão colocadas em prática. Nesse contexto, foi possível constatar uma demonstração clara do conhecimento de uma das bibliotecárias da B5 sobre a necessidade de se informar sobre a questão da acessibilidade ao relatar que em todas as administrações, as bibliotecárias lutam para que a prefeitura coloque em seu orçamento uma verba para capacitação e atualização dos bibliotecários, mas nunca tiveram êxito. No campo das ações de acessibilidade atitudinal propriamente ditas, a bibliotecária da biblioteca B1 relatou que acolhe pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para ressocialização da pessoa com deficiência mental, onde elas desenvolvem pequenas tarefas com a finalidade de promover a convivência com outras pessoas. Além disso, a biblioteca promove, em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na Semana do Excepcional, atividades de hora do conto, pintura facial, leitura e exposições junto aos alunos. Iniciativas no âmbito da dimensão atitudinal também foram

percebidas na composição dos quadros funcionais das bibliotecas das cidades polo. A biblioteca B5 possui quatro funcionários com mobilidade reduzida distribuídos em setores distintos da biblioteca. A biblioteca B1 também possui um funcionário com mobilidade reduzida e a biblioteca B3 também possui um funcionário que apresenta deficiência em uma das mãos. Com relação à capacitação dos funcionários, a biblioteca B2 possui uma funcionária capacitada em língua de sinais (Libras).

Com relação ao atendimento às pessoas com deficiência, constatou-se que esta não é uma atividade rotineira das bibliotecas das cidades polo. Durante as visitas desta pesquisadora às bibliotecas das cinco cidades polo não foi constatado nenhum atendimento a pessoas com deficiência. Algumas bibliotecárias alegam falta de espaço para acomodar os livros em braile, outras que simplesmente não há procura por parte dessas pessoas.

4.5 DISCUSSÃO

O presente estudo foi realizado com o propósito de identificar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência nas bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas, considerando as barreiras arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal que dificultam ou até mesmo impedem que essa expressiva parcela da população utilize os ambientes das bibliotecas. Através da análise dos dados coletados, foi possível perceber que, em geral, as bibliotecas públicas da Mesorregião refletem um processo desfavorável de inclusão das pessoas com deficiência e vêm atestar as estatísticas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (2010), de que no Brasil, 91% das bibliotecas públicas não oferecem serviços para pessoas com deficiência visual e 94% dessas bibliotecas não oferecem serviços para pessoas que apresentam as demais deficiências.

Inicialmente, os resultados apontam para um interesse reduzido das pessoas com deficiência nos serviços das bibliotecas públicas do universo pesquisado em contraponto ao elevado percentual da população de pessoas com deficiência, que representa 22,5% da população total da Mesorregião. Vários fatores podem contribuir para a ausência desse segmento expressivo da população nas bibliotecas. Um desses fatores parece ser a falta de acessibilidade, em todos os aspectos, começando pelas barreiras enfrentadas para se deslocar até a biblioteca, passando por calçadas e estacionamentos inacessíveis e mal sinalizados, até a falta de transporte público adaptado. Ao chegar à biblioteca, estas pessoas correm o risco de se depararem com a falta de acessibilidade arquitetônica que, segundo Dischinger e Machado (2006), é aquela que proporciona conforto e

independência ao se chegar em algum lugar e entender as suas relações espaciais, participando de atividades que ali ocorrem e usufruindo de equipamentos disponíveis. Transpondo essas barreiras, a pessoa com deficiência descobre que não existe acervo específico (braile, audiolivros) e tecnologias assistivas que vão atender às suas necessidades informacionais, não justificando, portanto a presença dessas pessoas na biblioteca.

Nas observações feitas pelos bibliotecários e gestores das bibliotecas pesquisadas, quando do preenchimento do questionário, percebeu-se que muitos deles desconhecem a existência de pessoas com deficiência de sua comunidade, valendo-se desse argumento para justificar a falta de ações de acessibilidade em suas bibliotecas. Outros abriram mão de acervos específicos, doando-os para associações sob a alegação de falta de espaço, tanto para o acondicionamento desse acervo quanto para o acolhimento a essas pessoas, sem perceberem que estão lhes privando de um direito previsto na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2008). Segundo a convenção, todos têm o direito de participação na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, através do acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, como as bibliotecas.

Para que a pessoa com deficiência se desloque até a biblioteca com autonomia, segurança e em igualdade de condições com as demais pessoas, alguns critérios de acessibilidade relacionados à infraestrutura da cidade devem ser observados. Através dos dados coletados, percebeu-se que alguns desses critérios já vêm sendo praticados ao constatar a existência de vagas de estacionamento acessíveis, o respeito a um percurso livre de obstáculos até esta vaga e a existência de meios fios rebaixados na maioria das bibliotecas dos municípios avaliados. Obviamente, outros critérios devem ser observados, entretanto não foram constatados, como a existência de sinalização dessas vagas e de transporte coletivo adaptado. Entretanto, dados da literatura apontam que esse é um problema que se repete em outras bibliotecas públicas. Fonseca, Gomes e Vanz (2012) relatam que os espaços externos da biblioteca pública universitária Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS não obedecem aos critérios mínimos de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050/2004. Barreto e Coutinho (2012) também relatam que a falta de transporte público acessível e a sinalização em geral são um dos pontos mais críticos do acesso à biblioteca Pública de Salvador.

Os dados revelaram que a dimensão de acessibilidade arquitetônica vem sendo praticada na maioria dos municípios. De acordo com os valores obtidos, os maiores percentuais incidiram em ações como conservação de calçadas, porta de entrada acessível, disposição do mobiliário e distância entre as estantes acessíveis, mesas com altura que permite a aproximação frontal de quem usa cadeira de rodas e distância que permite a circulação entre elas, reserva de 5% das mesas para pessoas com deficiência. Mais de 60% das bibliotecas avaliadas apresentam rota acessível, que possibilita o acesso das pessoas com deficiência a todos os setores. Adaptações nas estruturas arquitetônicas puderam ser observadas na pesquisa, como: construção de rampas e instalação de

corrimãos ao longo destas, adaptações em banheiros, alargamentos dos vãos das portas, rebaixamento nas calçadas, dentre outros.

Entretanto, conforme observa Santos (2014), apesar do avanço da legislação brasileira em acessibilidade, a arquitetura da maioria das bibliotecas públicas são excludentes e não foram projetadas para atender a diversidade, principalmente as pessoas com deficiência. Na tentativa de sanar essa falha, muitas vezes, as adaptações não obedecem ao previsto nas normas, ocasionando ações paliativas, que na verdade não oferecem acessibilidade e servem apenas para maquiar os ambientes. Segundo Coneglian (2006), para que uma biblioteca seja considerada acessível, ela deve estar pronta para atender a toda demanda da população de forma igualitária para que seus usuários possam acessar e utilizar seus serviços e acervos, indiferentemente de suas peculiaridades. Partindo desse princípio, a adoção do novo paradigma do Design Universal, que tem como fundamento, a criação de produtos que possam ser utilizados pelo maior número de pessoas possível, torna-se cada vez mais necessário. Assim, nos novos projetos, devem ser previstos espaços acessíveis a toda à população levando-se em conta a diversidade humana.

No momento em que a informação tem um papel chave na atualidade, a biblioteca pública deve dar uma atenção especial ao seu público levando-se em conta a sua diversidade. São as ações de acessibilidade comunicacional que possuem a capacidade de promover a aproximação de seus diferentes públicos de maneira adequada. Entretanto, nenhum dos itens avaliados apresentou resultado significativo. Os dados revelaram que tal dimensão não é praticada dentro do universo da pesquisa. Verifica-se essa realidade em outros universos pesquisados. Barreto e Coutinho (2012) relatam a falta de sinalização vertical e horizontal que indique a existência de recursos para pessoas com deficiência e a sinalização em braile na porta de acesso à biblioteca pública de Salvador. Uma rara exceção foi encontrada em uma das bibliotecas da cidade de Campo Belo, o que talvez se justifique por ser uma construção recente e por isso construída de acordo com as normas vigentes. Entretanto, a ausência desse tipo de acessibilidade nas demais bibliotecas não pode ser justificada por se constituírem de construções mais antigas, pois muitas ações de acessibilidade no âmbito da comunicação são possíveis mesmo em ambientes onde as mesmas não foram previstas.

Na dimensão de acessibilidade metodológica, a aplicação de todos os métodos de trabalho, lazer e ensino deve ser garantida a qualquer tipo de pessoa, visando a não exclusão social. Nas bibliotecas públicas, ações voltadas para essa questão podem ser observadas nos serviços de referência e informação, na metodologia aplicada para orientar o usuário no uso dos serviços oferecidos pela biblioteca, nas atividades de contação de história e na capacitação do usuário para o uso de tecnologias assistivas. Os dados levantados evidenciaram um quadro insatisfatório mostrando que essas ações não fazem parte da rotina do universo pesquisado. Entretanto Mota, Silva e Lopes (2014), visando promover a participação das pessoas com deficiência nas atividades

culturais da Biblioteca de São Paulo, incluíram contação de histórias com interpretação em Libras, jogos de xadrez com tabuleiros adaptados, desenvolvimento de atividades lúdicas e didáticas além de jogos que promovem a integração de crianças com deficiência intelectual ao programa da biblioteca. Supõe-se que a ausência de ações nas bibliotecas pesquisadas voltadas para esta dimensão se devam, principalmente, ao desconhecimento dessas ações e à falta de envolvimento com a causa da inclusão da pessoa com deficiência, por parte do bibliotecário e sua equipe.

A acessibilidade instrumental pode ser alcançada através da adaptação de utensílios utilizados no trabalho, lazer e estudo para atender às limitações impostas por algumas deficiências. Objetos como lápis, caneta, computador, máquinas e equipamentos são desenvolvidos para garantir o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nas bibliotecas públicas, equipamentos de ampliação de textos que auxiliam pessoas com baixa visão, scanners, computadores com tecnologias assistivas, impressoras e acervo braile, caneta com ponta porosa e lápis 6B são itens que tornam efetiva a acessibilidade instrumental e que foram avaliados nessa pesquisa. No entanto, os dados obtidos no presente estudo mostram que a ocorrência da utilização desses itens no universo pesquisado é insignificante. Provavelmente, a ausência desse tipo de acessibilidade deve-se à inexistência ou mesmo a pouca procura desse tipo de usuário na biblioteca. De acordo com Tabosa e Pereira (2013), se o bibliotecário se deparasse com esse tipo de situação rotineiramente já teria buscado se adequar às demandas de seus usuários. É preciso que o bibliotecário se adeque à realidade atual e além de procurar conhecer os *software* que podem substituir a falta de livros braile ou em áudio, que muitas vezes são gratuitos, saiba impelir os órgãos dos quais a biblioteca está subordinada sobre a importância de oferecer esse tipo de acessibilidade na biblioteca (TABOSA; PEREIRA, 2013).

A dimensão de acessibilidade programática procura eliminar as barreiras embutidas nas legislações, normas, decretos e portarias. No campo da biblioteconomia, essa dimensão destaca-se pelo seu papel institucionalizador à medida que promove a inclusão com a criação de normas, regulamentos e políticas para as bibliotecas, contemplando a variedade da condição humana. É através da acessibilidade programática que a pessoa com deficiência terá o seu direito de acesso à biblioteca garantido em igualdade de condições com os demais usuários. De acordo com os dados coletados, percebe-se que pouquíssimas bibliotecas atentam para regulamentos mais flexíveis e que contemplem questões dessa dimensão de acessibilidade, preveem materiais alternativos nas políticas de aquisição de acervo ou promovem ações culturais e científicas que permitam a participação de todos os usuários, independentemente de limitações que possam apresentar.

Um dado que pode contribuir para o agravamento da falta de acessibilidade constatada nas bibliotecas da região pesquisada é o de que 41% delas não possuem um bibliotecário como gestor. Geralmente, os gestores são servidores públicos municipais sem formação na área, que são

remanejados de outro setor da prefeitura para a biblioteca. Na pesquisa qualitativa realizada, foi possível presenciar um desses casos e constatar a dedicação do servidor, mesmo sem habilitação para o desempenho de suas funções, a sua atenção no trato com o usuário, se desdobrando para satisfazê-lo em suas necessidades informacionais e procurando tornar aquele espaço, que à primeira vista, de tão limitado nem parecia ser uma biblioteca, o mais receptivo e acolhedor possível. Foi possível notar a cumplicidade entre servidor e usuários ao se tratarem pelo nome e logo em seguida fazer uma indicação de um livro que tinha acabado de chegar mostrando, claramente, o conhecimento pelo gosto de leitura daquele usuário específico. Foi possível constatar ainda o esforço para adquirir acervo através de receita gerada por multas tendo em vista a inexistência de orçamento próprio. Entretanto, dedicação somente não substitui o conhecimento que um profissional habilitado traz consigo. As técnicas adquiridas ao longo de sua formação são ferramentas capazes de encurtar e abrir caminhos. Portanto, ambos devem caminhar juntos, assim como defendem Carvalho e Kanishi (2000), é importante a atuação do bibliotecário como gestor de informação na sociedade do conhecimento, para a promoção do acesso irrestrito à informação a todos os tipos de usuários, levando em conta suas preferências, demandas e necessidades de atendimento específicas e suas limitações. Outro fator que deve ser considerado e pode corroborar para a ocorrência de resultados insatisfatórios nesta dimensão de acessibilidade é que a responsabilidade pela biblioteca não se resume à sua equipe, já que ela é vinculada a outros órgãos municipais, o que pode limitar a sua autonomia.

A dimensão de acessibilidade atitudinal trata do exercício da eliminação das barreiras atitudinais que, segundo Amaral (1998, p. 17) “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais”. Nas bibliotecas em geral, aspectos como atualização do bibliotecário sobre as questões de acessibilidade, conhecimento da legislação pertinente e das tecnologias assistivas e o investimento na conscientização de todos sobre questões relativas às pessoas com deficiência são essenciais para que tal barreira seja eliminada. Os dados coletados referentes a tais questões mostram que essas ações têm sido mais praticadas se comparadas às de investimento na capacitação dos funcionários, a manutenção de um registro dos usuários com deficiência, funcionários que saibam ler e escrever em braile e o contato e a parceria com órgãos governamentais e associações não-governamentais, que são essenciais para que a inclusão dessas pessoas seja efetiva, revelando que muito pouco tem sido feito.

É provável que a baixa frequência de ações no âmbito da acessibilidade atitudinal verificada nos dados coletados se deva à falta de capacitação dos bibliotecários e gestores dessas instituições. Entretanto, o primeiro passo para a quebra da barreira atitudinal deve partir de uma nova postura que o bibliotecário ou gestor da biblioteca deve adotar frente à pessoa com deficiência,

abandonando qualquer tipo de preconceito, estigmas, estereótipos ou discriminação que interferem no convívio e na participação das pessoas com deficiência na sociedade. Essa mudança de postura é possível, principalmente, através da capacitação desse profissional, que irá conscientizá-lo sobre a questão do deficiente, seu papel e o da biblioteca na inclusão das pessoas com deficiência. Conforme ressaltam Nascimento e Azevedo (2014), para alcançar a acessibilidade atitudinal é necessário investimentos em recursos humanos. A partir daí, esses profissionais devem procurar conhecer a legislação e as normas existentes, tanto nacionais como internacionais, para servirem de respaldo na aplicação de ações de acessibilidade nos ambientes dessas bibliotecas. Conforme ressaltam Tabosa e Pereira (2013), a busca de qualificação, por parte dos bibliotecários, para o aprimoramento de seu papel de gestor da informação torna-se imprescindível para a implementação de políticas públicas inclusivas que disponibilizem a informação a qualquer tipo de usuário, ao passo que os tornam profissionais diferenciados em um crescente campo de atuação.

O presente estudo apresenta algumas limitações, como a impossibilidade de visita a todos os municípios em razão da grande quantidade e da distância geográfica entre eles, interferindo no processo de coleta dos dados e dependendo da disponibilidade dos respondentes de cada biblioteca. Assim, não houve 100% de participação por parte dos bibliotecários dos municípios da mesorregião. A ausência de usuários com deficiência, no momento das visitas, impossibilitou que as impressões destes fossem consideradas no estudo, o que enriqueceria muito a pesquisa e, com certeza, influenciaria nos resultados do estudo, com exceção de funcionários com deficiência de algumas bibliotecas visitadas, que se prontificaram a participar. Entretanto, funcionários e usuários são atores diferentes que apresentam pontos de vista diversos.

Apesar das limitações citadas acima, acredita-se que o presente estudo trouxe contribuições para orientar no desenvolvimento de políticas públicas de acesso à informação e inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas públicas da mesorregião Oeste de Minas Gerais. Além disso, os resultados poderão ser utilizados para nortear os bibliotecários, tanto na realização de uma análise mais detalhada sobre a atual condição de acessibilidade, quanto no desenvolvimento de projetos de acessibilidade para suas bibliotecas. Sugere-se também a realização de futuras pesquisas que contemplem outros espaços de cultura, lazer e educação acessíveis às pessoas com deficiência, com o intuito de melhorar as condições de vida dessa população.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca pública, como centro local de informação, deve disponibilizar o conhecimento de todos os gêneros aos seus usuários, oferecendo serviços e acervos e primando pela igualdade de acesso a todos, incluindo as pessoas com deficiência (IFLA, 1994). Entretanto, com base nos dados coletados, foi possível constatar que as bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais não estão cumprindo com o seu papel no processo de inclusão desse importante seguimento da sociedade, haja vista as raras ou até mesmo a ausência de ações de acessibilidade detectadas.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que as bibliotecas públicas municipais, primeiramente, tenham à frente gestores com formação em biblioteconomia tendo em vista os conhecimentos específicos que esse profissional traz consigo. Tal iniciativa deve partir das prefeituras, criando vagas de bibliotecário para compor os seus quadros funcionais, com planos de carreira e salários dignos. O bibliotecário por sua vez deve assumir o seu papel de protagonista no processo de inclusão das pessoas com deficiência na biblioteca chamando para si a responsabilidade de mediador entre a informação e o usuário, considerando-se que somente esse profissional possui teoricamente as habilidades e competências para disponibilizar a informação a qualquer tipo de usuário (MAIA, 2011). A capacitação e a educação continuada são fatores preponderantes para que um bom profissional se mantenha no mercado e com o bibliotecário não é diferente. O fluxo cada vez maior de informação que circula nos meios de comunicação exige destes profissionais, que têm como objeto de trabalho a informação, conhecer as tecnologias de gestão cada vez mais eficientes, capazes de levar a informação certa, eliminando as barreiras de tempo e espaço. Isso somente será possível através de sua permanente capacitação.

Trabalhar em sintonia com os gestores das suas comunidades e dos órgãos aos quais são subordinados, conscientizando-os sobre a responsabilidade social inerente à biblioteca pública, mostrando a sua importância na participação da vida social, educacional e cultural das pessoas com deficiência, sobretudo na formação de cidadãos ativos e autônomos, cientes de seus direitos, é também papel do bibliotecário.

Conforme salientam Barreto e Coutinho (2012), deve haver um registro da frequência das pessoas com deficiência na biblioteca para gerar recursos em vista desta demanda. Entretanto o bibliotecário deve ir além e fazer um trabalho de conhecimento da população com deficiência de sua comunidade, criando um cadastro com dados relativos às deficiências, idade, sexo e grau de instrução. Com base nesses registros, pode ser possível conseguir recursos junto aos órgãos superiores para aquisição de equipamentos, produtos e serviços para esse potencial público. Posteriormente, o bibliotecário poderá fazer um trabalho de divulgação dos serviços, equipamentos

e acervos disponíveis para esse público nas escolas, através dos meios de comunicação (rádio e televisão), material impresso (jornais locais e folder) e *internet* (redes sociais).

Ao realizarem adaptações arquitetônicas, os bibliotecários devem procurar conhecer profundamente a legislação pertinente e obedecer com fidelidade o previsto nas normas, de forma que garantam acessibilidade e conforto necessários às pessoas com deficiência e não se tornem obras que mascaram a real estrutura das bibliotecas, dando uma falsa impressão de que são acessíveis. A adoção do *design universal*, uma tendência da sociedade moderna, que prevê espaços acessíveis à maioria da população, deve ser defendida pelo bibliotecário, tendo em vista a multiplicidade das diferenças humanas.

O bibliotecário deve procurar conhecer e trazer para a biblioteca as tecnologias assistivas, disponíveis no mercado, que vão possibilitar às pessoas com deficiência o acesso à informação. Existe uma gama de equipamentos como: ampliadores de textos eletrônicos, leitores de livros autônomos, linhas braile, folheadores de livros automáticos, teclados e *mouses* especiais, impressoras braile, programas para leitura de textos, para reconhecimento de voz, capazes de proporcionar o encontro desse público com a informação. É bom lembrar que uma biblioteca inclusiva não se faz somente com tecnologias dispendiosas e o bibliotecário deve buscar soluções através dos *software* livres.

O bibliotecário deve procurar estreitar o vínculo com seus órgãos representativos, buscando apoio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão da administração federal do Brasil, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional, que tem como principais ações as de assessoria técnica, fomento à pesquisa, formação de pessoal, gestão da informação e instalação, modernização e qualificação de acervo. Estas últimas ações são realizadas através de editais. Em âmbito estadual, deve buscar apoio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais, órgão responsável pela ampliação e fortalecimento das bibliotecas públicas dos municípios do estado. O bibliotecário deve, também, ficar atento à abertura de editais publicados pelo SNBP, pela Fundação Biblioteca Nacional e pelo Ministério da Cultura, para seleção de projetos na área de bibliotecas. Inclusive, o último projeto lançado no ano de 2014, pelo SNBP, denominado Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, contemplou 10 bibliotecas públicas brasileiras, que ao longo do ano receberam qualificação profissional, melhorias no acervo, novos equipamentos, com o objetivo de se tornarem referência em acessibilidade na área.

A participação dos órgãos fiscalizadores também tem valor primordial nesse contexto. Conforme relatos da bibliotecária de Campo Belo, o Ministério Público, através de contratação de um profissional arquiteto, faz visitação periódica aos prédios públicos da cidade, incluindo escolas e bibliotecas, a fim de fiscalizar a acessibilidade existente e orientar nas adaptações que devem ser feitas.

Mota, Silva e Lopes (2014) acreditam que um projeto de acessibilidade não se constrói unilateralmente, pois tal qual acontece na Biblioteca de São Paulo (BSP), referência em acessibilidade em bibliotecas públicas no Brasil, é preciso aproximar-se desse público, buscando conhecer todas as formas de deficiência, as limitações causadas por elas e, principalmente, conhecer as expectativas desse público com relação aos serviços oferecidos pela biblioteca. Isso será possível através de parcerias com associações e trocas de experiências com instituições afins.

Enfim, para que a acessibilidade se torne realidade, primeiramente, é preciso que as barreiras atitudinais sejam quebradas. Deve haver uma mudança de postura por parte do bibliotecário e de sua equipe através de um trabalho de sensibilização, onde as barreiras do preconceito sejam eliminadas e todas as atitudes que permeiam a exclusão sejam banidas. Isso só será possível quando a deficiência for vista não como uma doença e sim como uma condição relacionada à redução da funcionalidade e, assim como qualquer ser humano, as pessoas com deficiência possuem características únicas que as tornam diferentes umas das outras. Partindo desse pressuposto, o bibliotecário deve considerar a deficiência não apenas como uma questão de humanidade, mas de respeito e oportunidade a um importante segmento da sociedade que representa a diversidade do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação.** In: AQUINO, J. Diferenças e preconceitos na escola. SP: Sumus, 1998. Disponível em: <moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=38492e>. Acesso em: 29 out. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2004. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR9050_2004Vc_2005.pdf>. Acesso em: maio 2014.

BARRETO, Tatiane Lima Menezes, COUTINHO, Isa de Jesus Coutinho. **Avaliação de acessibilidade da biblioteca pública do estado da Bahia: discussões e reflexões.** Revista Baiana de Terapia Ocupacional, Salvador, dez. 2012; 1(1): 57-65. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww5.bahiana.edu.br%2Findex.php%2Fterapiaocupacional%2Farticle%2Fdownload%2F127%2F146&ei=GdqJVJjKBcScgwT1jYCYBw&usq=AFQjCNEJuBtPki9ILUaDvOYFwI5DBXEGPQ&sig2=kS1aDyLsshffzT83afFCMQ&bvm=bv.81456516,d.eXY>>. Acesso em: 13 ago 2014.

BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Processamentos técnicos, 2000. (Documentos técnicos; 6). Disponível em: <www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_08.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 28 abr. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência.** 5. ed. Brasília: Centro de Informação e Documentação, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadora_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9>. Disponível em: 28 abr. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Lousada; KANISHI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

CONEGLIAN, Andre Luis Onorio, SILVA, Helen de Castro. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuarios com surdez. . In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 7., 2006, Sao Paulo. Anais. Sao Paulo : ANCIB, 2006. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=305>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

DISCHINGER, Martha; MACHADO, Rosângela. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. **Inclusão:** revista da educação especial. n. 2. Jul. 2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas.** 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos, GOMES, Gicele Farias Gomes, SOUZA, Samile Andréa de Souza Vanz. **Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso.** SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 17., 2012. Gramado, RS. Anais...Gramado, RS: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QJX.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo nacional de bibliotecas públicas municipais:** estudo quantitativo: principais resultados. Disponível em: <<http://www2.ecultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em : 30 abr. 2013.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais:** perfil dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/livros/liv64638.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais:** perfil dos municípios brasileiros 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/livros/liv64638.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto Ifla/Unesco sobre bibliotecas públicas:** 1994. [S. l.], 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em 23 jun. 2013.

LEITÃO, Dorodame Moura. Conhecimento tecnológico e sua importância: possibilidades de sua transferência internacional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.10, n.2, p. 33-44, 1981. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1516>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz. O Bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2011, Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL: FEBAB, 2011. Disponível em: <http://www.portal.ufpr.br/Acessibilidade/O%20Bibliotecario_como_Mediador_no_Processo_de_Transferencia.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografia e dissertações.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de cultura do estado de minas gerais. **Bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais.** Banco de Dados da Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/files/bibliotecas-sistema-estadual.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

MOTTA, Sueli Regina Marcondes, SILVA, Luciana Marques da, LOPES, Karina. Acessibilidade na biblioteca de São Paulo. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. v. 10, VIII SENABRAILE, 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/338/314>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes Benedito Leite. Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE: cultura, educação e inclusão. 8., 2014. São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: FEBAB, 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318/295>>. Acesso em jun. 2014.

NICOLETTI, Tamini Farias; SILVA MORO, Eliane Lourdes da.; ESTABEL, Lizandra Brasil. Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2013, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1616/1617>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>>. Acesso em: jun. 2013.

SANTOS, M. P. DINIZ, C. N. SÁ, N. A. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE: cultura, educação e inclusão. 8., 2014. São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: FEBAB, 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/330/306>>. Acesso em: 13 ago 2014.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SUAIDEN, Emir José. A **biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PEREIRA, Valéria Gomes. Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual. **RACIn**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p.21-36, Jul.-Dez. 2013. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1_n2/racin_v1_n2_artigo02.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A Pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, Brasília. v.5, n.2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr04/Art_01.htm>. Acesso em: 14 ago. 2014.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

Apêndice A – Questionário de avaliação de acessibilidade nas bibliotecas públicas da mesorregião Oeste de Minas

Questionário de avaliação de acessibilidade nas bibliotecas públicas da mesorregião Oeste de Minas

Caro Bibliotecário,

Este questionário é parte integrante da pesquisa de mestrado: "Diagnóstico de acessibilidade nas bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais" e tem como objetivo investigar a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal presentes nas bibliotecas públicas dos municípios da região supracitada, tendo em vista o importante papel da biblioteca pública na inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. O presente questionário é constituído por questões fechadas de múltipla escolha e você tem oito dias para respondê-lo e reenviá-lo.

Gostaria de ressaltar que para a realização desse estudo sua participação é fundamental, lembrando que sua identidade, a todo momento, será resguardada. Desde já agradeço a colaboração e fico no aguardo de seu retorno.

Simoni Júlia da Silveira
Aluna de mestrado em Desenvolvimento Regional
FUNEDI de Divinópolis
Bibliotecária/Documentalista
IFMG - Campus Formiga
Cel.: (37)9988-0481

"Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor."
Madre Teresa de Calcuta

1 Informação sobre o usuário

1.1 Existe interesse por parte do usuário com deficiência sobre os serviços oferecidos pela biblioteca?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

2 Infraestrutura da cidade

2.1 Há vaga acessível de estacionamento próxima à biblioteca?

- Sim

- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

2.2 Havendo vaga, ela está devidamente sinalizada com a placa vertical com o símbolo internacional de acesso?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

2.3 O percurso da vaga até a calçada é livre de obstáculos?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

2.4 Há rebaixamento no meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou ao passeio?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

2.5 A biblioteca é atendida com linhas de transporte urbano coletivo adaptado para pessoas com deficiência física?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3 Acessibilidade Arquitetônica

3.1 A calçada em frente à biblioteca apresenta-se conservada?

- Sim

- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.2 As calçadas no entorno da biblioteca apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.3 A biblioteca dispõe de vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.4 Se a entrada possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa ou elevador de acesso às pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.5 Na existência de rampas, há corrimãos dos dois lados ao longo das rampas?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.6 A biblioteca dispõe de banheiros adaptados para pessoas com deficiência física?

- Sim
- Não

- Parcialmente
- Não se aplica

3.7 Existe bebedouro acessível com altura livre inferior a 0,73cm do piso?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.8 Existe telefone instalado suspenso com altura livre inferior a 0,73cm do piso?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.9 A porta de entrada possui condições de passagem de pessoas que usam cadeira de rodas (vão livre de no mínimo 0,80m de largura e 2,10m de altura)?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.10 A porta de entrada possui sinalização tátil?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.11 Caso a porta de entrada seja de vidro, possui faixa ao longo de sua largura?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.12 Caso exista catraca, as medidas obedecem a NBR9050 (rotação de 90 graus = 1,20 x 1,20m)?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.13 Possui armários guarda-volumes acessíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.14 O balcão de atendimento apresenta uma parte com altura de no máximo 0,90m do piso permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeira de rodas, baixa estatura, crianças, etc.) e o bibliotecário/auxiliar?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.15 O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco com molhado?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.16 Caso seja constituído de forrações e tapetes, estes são embutidos, fixados e nivelados com o pavimento circundante?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.17 As dimensões internas e disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas com acessórios de mobilidade (bastões, andadores, muletas, cadeiras de rodas)?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.18 A distância entre as estantes de livros é de, no mínimo, 0,90m de largura?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.19 A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20m de altura do piso?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.20 As mesas permitem a aproximação frontal de um usuário que usa cadeira de rodas?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.21 No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90m e área de manobra para acesso às mesmas?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.22 As mesas possuem altura e posição acessíveis e confortáveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.23 Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, ou leitura são acessíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

3.24 Por toda a biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4 Acessibilidade Comunicacional

4.1 Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.2 Há sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis da biblioteca?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.3 A área de recepção e atendimento ao usuário está claramente indicada via painéis informativos acessíveis impressos e táteis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.4 Há sinalização direcional visível dos espaços, tais como de circulação, sanitários e outros?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.5 Há sinalização tátil em braile e em relevo na lateral interna dos corrimãos de escadas e rampas, no começo destes?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.6 Há sinalização tátil em braile e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.7 Os pisos da biblioteca apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.8 O serviço de atendimento ao usuário está identificado pelo símbolo internacional de informação, bem como outros serviços de informação conforme NBR 9050?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.9 Se existe elevadores, eles possuem voice e indicadores de andares em braille ?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.10 Existe em seu quadro funcional algum profissional intérprete da linguagem de libras?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.11 Existe em seu quadro funcional algum profissional preparado para orientar pessoas cegas ou com baixa visão na localização de livros e outros materiais da biblioteca?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.12 As rotas de fuga e saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.13 Se a biblioteca possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com necessidades especiais?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

4.14 A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

5 Acessibilidade Instrumental

5.1 A biblioteca dispõe de equipamentos para ampliação de textos, mapas e figuras em formato impresso, como lupas e régua de leitura para atendimento de usuários com visão subnormal?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

5.2 A biblioteca dispõe de scanners para digitalização de documentos para transcrição em formatos acessíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

5.3 A biblioteca dispõe de computadores suficientes com programas específicos e/ou tecnologias assistivas que propiciem autonomia às pessoas com deficiência ao utilizar os recursos de informática?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

5.4 A biblioteca dispõe de impressora braille?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

5.5 A biblioteca disponibiliza, para anotações, caneta de ponta porosa preta e lápis de escrever tipo 6B considerados ideais para pessoas de baixa visão?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

6 Acessibilidade metodológica

6.1 O serviço de Referência e Informação e a orientação de usuários são realizados considerando as diferentes necessidades especiais que os usuários podem apresentar?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

6.2 As atividades de orientação aos usuários para o acesso e uso da informação, como o uso do catálogo e das bases de dados disponíveis, localização de documentos nas estantes e utilização da biblioteca em geral, consideram as diversas necessidades especiais que os usuários podem apresentar?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

6.3 As atividades de contação de histórias são realizadas de forma compreensível a todos, associando a apresentação oral e gestual?

- Sim
- Não

- Parcialmente
- Não se aplica

6.4 Se a biblioteca promove a capacitação dos usuários no acesso e uso da informação através de computadores, esta ocorre de forma adequada às diversas necessidades especiais que os usuários apresentam?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

7 Acessibilidade programática

7.1 O regulamento contempla as questões relativas à acessibilidade?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

7.2 O regulamento apresenta flexibilidade caso a biblioteca queira realizar ações de acessibilidade não previstas no mesmo?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

7.3 A política de desenvolvimento de coleções prevê aquisição de acervo em formatos alternativos como braille, áudio e digital?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

7.4 A política de aquisição da biblioteca realiza contato com autores/editoras para obtenção de arquivos digitais de conteúdos básicos do acervo para facilitar a sua transcrição em formatos acessíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

7.5 As ações culturais e científicas promovidas pela biblioteca preveem a inclusão dos usuários, independente de suas limitações?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8 Acessibilidade Atitudinal

8.1 O bibliotecário atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.2 O bibliotecário tem conhecimento sobre a legislação pertinente à acessibilidade?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.3 O bibliotecário tem conhecimento das Tecnologias Assistivas que promovem o acesso e uso da informação na biblioteca?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.4 O bibliotecário busca, junto às organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, consultoria quanto a adequação da acessibilidade, identificando pontos prioritários a serem atendidos no contexto da biblioteca?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.5 A biblioteca investe na conscientização de todos sobre questões relativas à inclusão das pessoas com deficiência?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.6 A biblioteca investe na capacitação da equipe de trabalho para atendimento à pessoa com deficiência?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.7 A biblioteca dispõe de funcionário que saiba ler e escrever braille?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.8 A biblioteca mantém um controle de registro sobre as pessoas com deficiência, identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.9 A biblioteca busca parcerias com setores privados e/ou de capital misto que tenham interesse em investir em projetos de inclusão de pessoas com deficiência através do acesso e uso da informação?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

8.10 A biblioteca atenta às oportunidades oferecidas por órgãos governamentais, estaduais e municipais para a liberação de verbas de apoio a projetos específicos às pessoas com deficiência?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não se aplica

Observações

Caso queira acrescentar algum comentário sobre o questionário e da biblioteca em que trabalha, use o espaço abaixo:

Apêndice B – Roteiro de observação

Roteiro de observação

Biblioteca:

Cidade:

Data:

1- Infraestrutura da cidade

1.1 - Há vaga acessível de estacionamento próxima à biblioteca?

1.2 - Havendo vaga, ela está devidamente sinalizada com a placa vertical com o símbolo internacional de acesso?

1.3 - O percurso da vaga até a calçada é livre de obstáculos?

1.4 - Há rebaixamento no meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou ao passeio?

1.5 - A biblioteca é atendida com linhas de transporte urbano coletivo adaptado para pessoas com deficiência física?

2- Acessibilidade Arquitetônica

2.1 - A calçada em frente à biblioteca apresenta-se conservada?

- 2.2 - As calçadas no entorno da biblioteca apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?
- 2.3 - A biblioteca dispõe de vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?
- 2.4 - Se a entrada possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa ou elevador de acesso às pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção?
- 2.5 - Na existência de rampas, há corrimãos dos dois lados ao longo das rampas?
- 2.6 - A biblioteca dispõe de banheiros adaptados para pessoas com deficiência física?
- 2.7 - Existe bebedouro acessível com altura livre inferior a 0,73cm do piso?
- 2.8 - Existe telefone instalado suspenso com altura livre inferior a 0,73cm do piso?
- 2.9 - A porta de entrada possui condições de passagem de pessoas que usam cadeira de rodas (vão livre de no mínimo 0,80m de largura e 2,10m de altura)?
- 2.10 - A porta de entrada possui sinalização tátil?
- 2.11 - Caso a porta de entrada seja de vidro, possui faixa ao longo de sua largura?
- 2.12 - Caso exista catraca, as medidas obedecem a NBR9050 (rotação de 90 graus = 1,20 x 1,20m)?
- 2.13 - Possui armários guarda-volumes acessíveis?
- 2.14 - O balcão de atendimento apresenta uma parte com altura de no máximo 0,90m do piso permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeira de rodas, baixa estatura, crianças, etc.) e o bibliotecário/auxiliar?
- 2.15 - O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco com molhado?
- 2.16 - Caso seja constituído de forrações e tapetes, estes são embutidos, fixados e nivelados com o pavimento circundante?
- 2.17 - As dimensões internas e disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas com acessórios de mobilidade (bastões, andadores, muletas, cadeiras de rodas)?
- 2.18 - A distância entre as estantes de livros é de, no mínimo, 0,90m de largura?
- 2.19 - A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20m de altura do piso?
- 2.20 - As mesas permitem a aproximação frontal de um usuário que usa cadeira de rodas?
- 2.21 - No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90m e área de manobra para acesso às mesmas?

2.22 - As mesas possuem altura e posição acessíveis e confortáveis?

Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, ou leitura são acessíveis?

2.23 - Por toda a biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?

3 - Acessibilidade Comunicacional

3.1 - Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora?

3.2 - Há sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis da biblioteca?

3.3 - A área de recepção e atendimento ao usuário está claramente indicada via painéis informativos acessíveis impressos e táteis?

3.4 - Há sinalização direcional visível dos espaços, tais como de circulação, sanitários e outros?

3.5 - Há sinalização tátil em braille e em relevo na lateral interna dos corrimãos de escadas e rampas, no começo destes?

3.6 - Há sinalização tátil em braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas?

3.7 - Os pisos da biblioteca apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores?

3.8 - O serviço de atendimento ao usuário está identificado pelo símbolo internacional de informação, bem como outros serviços de informação conforme NBR 9050?

3.9 - Se existe elevadores, eles possuem voice e indicadores de andares em braille ?

3.10 - As rotas de fuga e saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?

3.11 - Se a biblioteca possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com necessidades especiais?

3.12 - A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público?

ANEXO A – Normas da Revista ForScience para submissão de artigos

Diretrizes para Autores

A Revista ForScience oferece um modelo de layout para a formatação do artigo, conforme a seguir: [Layout Artigo](#)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O artigo completo deve conter no máximo de 15 (quinze) páginas as exceções serão tratadas pelo Conselho Editorial. Quanto às margens devem ser: superior e esquerda 3,0 cm; direita e inferior 2 cm e espaço interlinear de 1,5 cm. O tamanho de página deve ser A4, impreterivelmente. O artigo deve ser escrito no programa Word for Windows ou Write BrOffice devendo o mesmo ser enviado em uma destas versões. O tamanho do arquivo não deve ultrapassar 5Mb.

Atenção: a autoria não deve constar no trabalho.

DETALHES DA FORMATAÇÃO

a) Título: deverá ser na fonte *Times New Roman* 12 em negrito e centralizado.

b) Resumo: deverá ser fonte *Times New Roman* 12. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos em português (sem parágrafo, justificado, e espaçamento simples), de 3 a 5 palavras-chaves, alinhamento à esquerda, em português.

c) Palavras-chaves: logo abaixo do resumo, sem espaço entre linhas, devem ser informadas as palavras-chave, em número de três a cinco, em português, separadas por ponto final com primeira letra de cada palavra em maiúscula e o restante em minúsculo. Utilizar fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento entre linhas simples, com alinhamento à esquerda.

d) Title: deve vir logo abaixo das palavras-chave, trata-se do título traduzido para a língua inglesa, segue, portanto, a mesma formatação do título em português, exposto anteriormente.

e) Abstract: situa-se logo abaixo do Title. É o resumo traduzido para a língua inglesa, segue, portanto, a mesma formatação do resumo em português, exposta anteriormente.

f) Keywords: logo abaixo do abstract, devem ser informadas as palavras-chave traduzidas para a língua inglesa, seguindo a mesma formatação das palavras-chave, exposta anteriormente.

g) Numeração de páginas: A numeração de página deve estar na margem inferior, alinhada à direita, com tipo de fonte *Times New Roman*, tamanho de fonte 10 (dez), iniciando a numeração a partir da primeira página do artigo.

h) Títulos das seções: os títulos das seções do trabalho devem ser posicionados à esquerda, em negrito, numerados com algarismos arábicos. Deve-se utilizar texto com fonte *Times New Roman*, tamanho 12, em negrito. Não coloque ponto final nos títulos. A formatação dos títulos, em três níveis diferentes, é demonstrada a seguir.

1 TÍTULOS PRIMÁRIOS

1.1 Títulos secundários

1.1.1 Títulos terciários

i) Corpo do texto: dividi-se em introdução, desenvolvimento e conclusão. O corpo do texto deve iniciar-se imediatamente abaixo do título ou subtítulo da seção correspondente. Fonte *Times New Roman* tamanho 12, justificado, formatado em 1 coluna e com espaçamento entre linhas de 1,5cm.

j) Notas de rodapé: devem ser evitadas as notas de rodapé. Somente deverão ser utilizadas quando estritamente necessário.

k) Siglas: Use a forma completa do nome de todas as organizações e entidades normalmente conhecidas por suas siglas na primeira ocorrência e, nas ocorrências posteriores, basta usar a sigla. Por exemplo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG).

l) Outros: Números de um a nove devem ser escritos por extenso. Termos estrangeiros e nomes de obras/programas devem ser marcados em *itálico*.

m) Referências: o título Referências deve ser centralizado fonte *Times New Roman* 12. As referências bibliográficas devem ser representadas em ordem alfabética e conter todos os dados necessários a sua identificação conforme as normas NBR 6023/2000 ABNT.

EXEMPLOS DE CITAÇÕES

Para apresentação de citações em documento deve-se utilizar a norma NBR 10520:2002. Cada referência textual deve corresponder a uma referência completa na lista de referências ao final do corpo do texto. Confira antes de encaminhar o artigo se todas as citações estão presentes. As citações devem ser feitas na língua do artigo.

a) Citação Indireta (sem aspas): no corpo do texto, um autor (SOBRENOME, ano).

b) Citação Indireta (sem aspas): no corpo do texto, autores e obras distintas (SOBRENOME, ano; SOBRENOME, ano).

c) Citação Indireta (sem aspas): no corpo do texto, dois autores de uma obra (SOBRENOME; SOBRENOME, ano).

d) Citação Direta (com aspas) até três linhas: “A postura do professor centralizador e ‘dono do saber’ transforma-se em uma atitude de orientador e facilitador de aprendizagem.” (SOBRENOME, ano, p. 00).

e) Ao omitir parte de citação direta: “[...] em função da velocidade das mudanças e de novos paradigmas, pois o que é novo hoje amanhã poderá estar superado.” (SOBRENOME, ano, p. 00).

f) Citação Direta com mais de três linhas devem ser destacadas: com um recuo à esquerda de 4 cm, fonte *Times New Roman* 10, espaçamento simples e sem aspas).

ELEMENTOS DE APOIO: ILUSTRAÇÕES, TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

A formatação de tabelas se difere um pouco da formatação de figuras, quadros e gráficos. Para as tabelas, a numeração deve ser em algarismo arábico, sequencial, inscrita acima da mesma e precedida da palavra Tabela. Deve-se colocar um título por extenso, inscrito no topo da tabela, para

indicar a natureza e abrangência do seu conteúdo, como fonte *Times New Roman* 10 e alinhado à esquerda. A fonte deve ser colocada imediatamente abaixo da tabela para indicar a autoridade dos dados, precedida da palavra Fonte.

Para a formatação de quadros, figuras e gráficos deve ser utilizada numeração em algarismo arábico, sequencial, inscrita na parte inferior, precedida da palavra Quadro/Figura/Gráfico. Deve-se colocar um título por extenso, inscrito abaixo do Quadro/Figura/Gráfico para indicar a natureza e abrangência do seu conteúdo, fonte *Times New Roman* 10 e alinhado à esquerda.

A fonte deve ser colocada imediatamente abaixo do título para indicar a autoridade dos dados, precedida da palavra Fonte.

EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS

As referências devem seguir a NBR 6023:2002. Apresentadas em ordem alfabética, espaçamento deve ser simples, com espaço duplo entre elas, alinhamento à margem esquerda. Exemplos:

a) Livro:

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

b) Capítulo de livro:

HIBBELER, R. C. Equilíbrio de um ponto material. In: HIBBELER, R. C. **Estática**: mecânica para engenharia. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 68-95.

c) Artigo de jornal:

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 jan. 2002.

d) Artigo de periódico:

REZENDE, Denis Alcides; GUAGLIARDI, José Augusto. Alinhamento, contribuições e relações da tecnologia da informação com planos e planejamentos municipais: survey em prefeituras brasileiras. **Revista de Administração-RAUSP**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 454-467, jan. 2007.

E) Documento eletrônico:

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Sete campi do IFMG promovem Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/todas-as-noticias-ultimas-noticia/2415-semanas-ifmg>>. Acesso em: 17 out. 2012.

f) Dissertação e Tese

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 298f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

g) Eventos (seminários, congresso...)

DAMASCENO, Andreia Cristina; MESQUITA, José Marcos Carvalho de. Indicadores de usabilidade da biblioteca de uma Instituição de ensino público federal. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), XVII., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: FAURGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QAW.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

h) Documento jurídico

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou OpenOffice.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço de 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega negrito em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
7. O tamanho do arquivo não ultrapassa 5Mb.

Declaração de Direito Autoral

Declaro que o referido trabalho é de minha autoria e nunca foi publicado ou enviado a outra revista, tendo essa revista o direito de exclusividade sobre a comercialização, edição e publicação, sob a licença *Creative Commons Attribution License 3.0*, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Autorizo os editores a realizarem as adequações necessárias na forma do artigo, porém preservando o conteúdo.

Se comprovado plágio em qualquer trabalho publicado, esta Revista isenta-se de qualquer responsabilidade, devendo seu(s) autor(es) arcar(em) com as penalidades previstas em lei.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na Revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados à publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades

ANEXO B – Normas da Revista Ciência da Informação para submissão de artigos

Diretrizes para Autores

Referências:

NBR 6023/2000. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto são da responsabilidade do autor. As informações oriundas de comunicação pessoal, trabalhos em andamento e os não publicados não devem ser incluídos na lista de referências, mas indicados em nota de rodapé da página onde forem citados.

Recomendações:

Recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022), apresentação de citações em documentos (NBR 10520), norma para datar (NBR 5892), numeração progressiva das seções de um documento (6024) e resumos (NBR 6028), bem como a norma de apresentação tabular do IBGE.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; não sendo o caso, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word .DOC ou .RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
3. Todos os endereços "URL" no texto (ex.: <http://pkp.ubc.ca>) estão ativos.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega *itálico* ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. Declaro que a identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista. O texto cumpre com as normas de formatação da revista citados em Normas para os autores na seção Sobre a Revista.

Declaração de Direito Autoral

A revista se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As provas finais não serão enviadas aos autores. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista Ciência da Informação, ficando sua reimpressão total ou parcial, sujeita à autorização expressa da direção do IBICT. Deve ser consignada a fonte de publicação original. Os originais não serão devolvidos aos autores. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade. Cada autor receberá dois exemplares da revista.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços submetidos nessa versão eletrônica da revista Ciência da Informação serão usados exclusivamente nos serviços prestados por esta publicação, e não serão disponibilizados à terceiros.